

EU E O TEXTO CIENTÍFICO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

Ana Cláudia de Araújo Santos (org.)



PROEXC
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA


Editora
UFPE



EU E O TEXTO CIENTÍFICO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

Ana Cláudia de Araújo Santos (org.)



PROEXC
PROREITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA



Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes

Carlos Newton Júnior

Eleta de Carvalho Freire

Margarida de Castro Antunes

Marília de Azambuja Machel

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Pró-Reitor: Oussama Naouar

Coordenação de Gestão Editorial e Impacto Social

Coordenador: Adriano Dias de Andrade

Assistentes: Artur Villaça Franco, Rodrigo Ferreira dos Santos

Editoração

Revisão de Texto: *Rejane Maria de Araujo Ferreira (1ª Revisão); Ana Beatriz Lessa Rosendo, Isabel Padilha de Castro Perazzo de Andrade, Marina de Lima Coutinho da Silva (2ª Revisão)*

Projeto Gráfico: *KD Soluções criativas*

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

E86 Eu e o texto científico [recurso eletrônico] : uma relação possível / organizadora: Ana Cláudia de Araújo Santos. – Recife: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE; Editora UFPE, 2023.

Vários autores

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-257-3 (online)

1. Redação acadêmica. 2. Redação técnica. 3. Pesquisa – Metodologia. 4. Extensão universitária – Pernambuco. I. Santos, Ana Cláudia de Araújo (Org.).

808.066378

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2023-013)



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife, PE.

CEP 50670-90, Tels.: (81) 2126-8134/ 2126-8105

E-mail: proexc@ufpe.br

Pareceristas ad hoc

Edital Proexc/UFPE nº 6/2022 – Incentivo à Publicação de Livros Digitais (e-books) com Temáticas de Extensão e Cultura

Alexandre Lima Castelo Branco
Centro Universitário Estácio do Recife

Alfredo Manoel de Rezende Silva
Universidade Estadual de Campinas

Ana Lúcia Ribeiro Gonçalves
Universidade Federal de Uberlândia

Ana Paula de Sant'Ana
Faculdade FAIPE

Andrea de Barros
Universidade Paulista

Cezar Grontowski Ribeiro
Instituto Federal do Paraná

Denise Maria Hudson de Oliveira
Universidade de Brasília

Felipe Fernandes Ribeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Francine Carla de Salles Cunha Rojas
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Gisele Marcia de Oliveira Freitas
Universidade do Estado da Bahia

Graziella Ribeiro de Sousa
Universidade de São Paulo

Janaína Fernandes Guimarães Polonini
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Jefferson da Silva Moreira
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Josué Souza Gleriano
Universidade do Estado do Mato Grosso

Isabella Giordano Bezerra
Universidade Federal de Pernambuco

Henrique César da Costa Souza
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Leandro Nunes
Universidade Federal de Santa Catarina

Letícia Virginia Leidens
Universidade Federal Fluminense

Lucas Manca Dal'Ava
Universidade Estadual de Campinas

Lucia Maria de Freitas Perez
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marcos Adriano Barbosa de Novaes
Universidade Estadual do Ceará

Mariana Hennes Sampaio Lôbo
Universidade Federal de Alagoas

Marília Feitosa de Alencar Arruda
Universidade de Lisboa

Michele Lins Aracaty e Silva
Universidade Federal do Amazonas

Patrícia Cristina dos Santos Costa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Paulo José da Fonseca Pires
Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul

Pedro Esteves de Freitas
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reginaldo Pereira França Júnior
Universidade Federal de Campina Grande



Renata Janaína Pereira de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rosangela Silveira Garcia
Instituto Federal Catarinense

Sueli Ribeiro Mota Souza
Universidade do Estado da Bahia

Túlio Reis Hannas
Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais



SOBRE OS AUTORES

Ana Cláudia de Araújo Santos

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba.


 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0240-184X>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2517504450969881>

Deane Soares Figueirêdo


Mestra em História. Tribunal da Justiça de Pernambuco.

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3249-4776>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9724089828693065>

Edvaldo Carvalho Alves


Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos.

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9484-2097>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3942210361822168>

Eli Lopes da Silva

Doutor em Educação. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2950-8938>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3649541584255911>

Ertz Clarck Melindre dos Santos


Mestre em Psicologia Clínica. Universidade Federal de Pernambuco.

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9772-3990>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/102992145773113>

Hugo Menezes Neto

Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0902-9649>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9993809791372280>

Jesmayane Souza do Nascimento


Graduanda em Pedagogia. Universidade Federal de Pernambuco.

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6023-1511>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9629981471890791>

Maria Meriane Vieira da Rocha

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba.

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9093-969X>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1894263401266798>



PREFÁCIO

EXTENSÃO E CULTURA NA UFPE: 60 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À SOCIEDADE

Em 2022, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) celebra o legado de 60 anos de institucionalização das ações de extensão e cultura, a partir da fundação do Serviço de Extensão Cultural (SEC) na então Universidade do Recife (UR) em 1962. A iniciativa de João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, reitor à época, Paulo Freire, jovem professor que despontava no cenário intelectual pernambucano, e demais colaboradores conjugou, no âmbito do SEC, a *Rádio Universidade* e a *Estudos Universitários: revista de cultura*. Essas atividades tinham objetivos claros: desenclausurar a universidade, levá-la para perto dos anseios da sociedade, aproximá-la do povo – categoria ainda em construção naquele momento da nossa história. Esses objetivos fundantes persistem na história da UFPE e são diuturnamente reelaborados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Pro-exc), descendente direta daquele projeto de Universidade encarnado pelo SEC, cuja existência fora precocemente interrompida pelos acontecimentos que marcaram a década de 1960 no Brasil.

A partir dos muitos editais, que anualmente são lançados, e das muitas atividades de extensão e cultura, que são fomentadas ou apoiadas pela Proexc, a UFPE tem reavivado, especialmente nos últimos anos, o sentimento de que uma Universidade pública não se faz apenas nos *campi* universitários ou apenas com o protagonismo dos atores sociais acadêmicos. Ao colocar em evidência outros saberes e outros protagonismos sociais, a Universidade fortalece as relações sociais que alimentam as suas atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que ocupa espaços nos quais o saber acadêmico-científico se faz indispensável para o desenvolvimento humano e social do nosso estado e do nosso país.

A obra que você tem diante de si neste momento é resultado de ações performadas pela UFPE em interação com outros setores da sociedade, com a participação de servidores docentes e técnico-administrativos e com o protagonismo de nossos estudantes de graduação e pós-graduação, cuja formação desponta para além de saberes técnicos e científicos e inclui sociabilidades imprescindíveis para suscitar profissionais aptos a exercer seus ofícios de forma ética e responsável, tendo ciência dos desafios postos pela sociedade contemporânea.

Esta obra é fruto do Edital UFPE/Proexc nº 06/2022 – *Incentivo à Publicação de Livros Digitais (e-books) com Temáticas de Extensão e Cultura*, cujo objetivo é aumentar a visibilidade da Universidade, no âmbito das celebrações pelos 60 anos da Extensão e Cultura na UFPE. Assim como na edição de 2021, este edital materializa, na forma de *e-books*, experiências e resultados de ações de extensão e cultura desenvolvidas pela UFPE nos últimos anos. Dessa maneira, permite aos leitores conhecer, sentir e analisar o impacto social de uma Universidade pública e de qualidade.

As obras que compõem o conjunto deste edital tratam de questões diversas que atravessam as áreas temáticas da extensão, como *Cultura, Direitos Humanos, Educação, Justiça, Meio Ambiente, Produção, Saúde, Tecnologia e Trabalho*. Essa diversidade reflete a natureza multidisciplinar das universidades públicas brasileiras e demonstra a inserção da UFPE em múltiplas frentes de atuação.

Ao publicar esta série de *e-books*, a Universidade Federal de Pernambuco, através da Proexc, fortalece suas atividades de extensão e cultura, tornando-as mais visíveis e potencializando seu impacto. Assim, estes textos tornam-se também uma ferramenta valiosa para expor como a Universidade pública é fundamental para o país – um patrimônio que precisa ser defendido.

Desejamos que esta leitura seja prazerosa e estimule a criação de novos projetos, capazes de aprimorar a relação Universidade-sociedade e de deixar marcas permanentes e significativas na formação de nossos estudantes e no trabalho cotidiano de nosso corpo técnico e docente.

Recife, outubro de 2022.

Oussama Naouar

Pró-Reitor de Extensão e Cultura – Proexc/UFPE

Adriano Dias de Andrade

Coordenador de Gestão Editorial e Impacto Social – Proexc/UFPE





APRESENTAÇÃO

O que significa a universidade pública brasileira no século XXI? O que faz a universidade? Não é necessário estar nela ou já ter passado por ela para supor a imagem mais típica que fazemos dela: a de que tem, em sua origem, o projeto de um espaço produzido, mantido e reproduzido das elites globais. Essa imagem está inscrita historicamente ao remontarmos à ideia que temos da universidade hoje a uma universidade do passado, que lhe dá nome, parte da forma e um conjunto de práticas. Há muitas sombras dessa universidade na instituição que fazemos hoje. Há, certamente, um número maior do que o desejável de maus hábitos, que fazem de nossa universidade uma instituição, por vezes, muito apegada a funcionamentos e a operações que não parecem mais ser, ou não podemos permitir que sejam, contemporâneos.

No Brasil, o ensino superior público compreende, segundo dados do último censo do ensino superior, realizado pelo INEP em 2019, pouco mais de 11% das instituições. São 4,2% de instituições públicas federais; 5,1%, estaduais; e 2,3%, municipais. São 302 IES públicas e 2306 privadas. Em 2019, foram matriculados, no ensino superior, 8.603.824 alunos. Porém, enquanto a rede privada ofertou 94,9% do total de vagas em cursos de graduação, a rede pública só disponibilizou 5,1% nas instituições de educação superior. São pouco mais de 15 milhões de vagas no ensino superior privado contra pouco mais de 800 mil nas instituições públicas. A taxa de ocupação dessas vagas, contudo, começa a nos revelar grande-

zas interessantes. Mais de 80% das vagas em IES públicas são ocupadas. Nas privadas, esse número cai para 23,3%. No período compreendido entre 2009 e 2019, a rede privada cresceu 87,1%, e a pública aumentou 32,4%. Pouco mais de 24% dos estudantes estão matriculados em instituições públicas. Isso dá pouco mais de dois milhões em um universo de quase nove milhões de matriculados.

A matrícula na educação superior continua aumentando, ainda que em um ritmo menor do que já foi. Isso significa dizer que o sistema público é menor do que deveria, apesar de os índices de produção sugerirem uma enorme discrepância entre instituições públicas e privadas. No ensino superior público, ainda chega menos gente do que deveria chegar. São apenas 24% das matrículas. Contudo, chega muito mais para quem chegava muito pouco antes. Dos 25%, em 1999, passamos a 60% em 2019. De uma universidade predominantemente branca, passamos a fazer instituições públicas muito mais próximas das características nacionais. A universidade é preta, parda, indígena, feminina, LGBT e pobre. Por fim, embora tenha mudado um conjunto de suas características, a universidade não abandonou seus compromissos com o cânone da excelência internacional e continua medindo sua qualidade a partir de parâmetros internacionais nem sempre muito justos, baseados predominantemente na produtividade. Mas é muito nítido o fato de que a universidade brasileira do século XXI modificou estruturalmente sua missão e assumiu compromissos muito óbvios com a mudança social. Atualmente, a universidade brasileira é uma das nossas ferramentas mais fortes de mudança social. Isso explica parte da insatisfação de um percentual da população com uma instituição tão comprometida em reduzir as desigualdades. A universidade incomoda a quem privilegia menos. Para alguns, é essa universidade que se transformou em um inimigo nacional. Inimiga de que nação? Inimiga de que Brasil, afinal?

Essa universidade precisou – e continua precisando – se reelaborar como projeto. Esse novo programa requer, certamente, um conjunto de reconstruções políticas que deem conta de sua missão, mas não somente. Essa reforma é também uma reforma do pensamento, das maneiras de fazer, dos produtos universitários e de suas técnicas de pro-

dução. O projeto AuCllia é um bom exemplo desse desafio. Afinal, o que pretende esse exercício? De partida, é importante destacar o que não se perde de vista aqui: que as formas de fazer dentro da universidade precisam continuar em debate. Ora, fazer outra universidade não significa ampliar a instrução sobre antigas formas de produzir academicamente, mas discutir sobre suas estruturas e, fundamentalmente, democratizar acessos e estratégias para elaborar e comunicar o trabalho científico. Esse é o desafio incorporado por Ana Cláudia Santos, ao projetar o curso que originou este livro: o de ampliar o acesso e reconstruir formas de aliar uma universidade mais democrática, contudo ainda também mobilizada pelo cânone da qualidade acadêmica internacional.

O que está em jogo nas páginas que seguem e bem traduzem esse desafio? Viabilizar, estimular e materializar o acesso de um novo perfil de estudantes a uma universidade – e seus diferentes estágios de formação – que precisa continuar se ampliando e se adequando a ele. Conhecimento científico, escrita acadêmica, produtos técnicos, comunicação científica, nada disso é um conceito pronto e definitivo do que é o trabalho na universidade. O conjunto de textos que compõem este trabalho esboça um bom exercício do cruzamento imperativo entre as formas do fazer universitário e os desafios permanentes para democratizar esse espaço. É isso que deve representar o neologismo – até algum estágio incômodo – do AuCllia, palavra que congrega, de forma desafiadora, o saber da ciência – CI: Ciência da Informação – e uma noção de perspectiva, entendida aqui a partir da ideia de auxílio.

No final, o produto que agora se oferece não abre mão da esperança de produzir uma universidade em nível de excelência internacional sem perder de vista – e pelo contrário – sua missão inclusiva e comprometida com a mudança social no Brasil. Meus votos, portanto, é de que você faça uma boa leitura e de que este produto seja apenas a primeira parte de um desafio ainda maior com o qual precisamos lidar: o de produzir o saber universitário como saber comunitário.

Recife, outubro de 2022.

Francisco Sá Barreto dos Santos

SUMÁRIO

A PESQUISA CIENTÍFICA COMO PRÁTICA SOCIAL ARTESANAL	15
A ESTRUTURA DOS TEXTOS CIENTÍFICOS	24
OS DESAFIOS DA ESCRITA CIENTÍFICA E OS PROCESSOS DE OPRESSÃO.....	34
PLÁGIO NA ESCRITA ACADÊMICA	39
UM OLHAR PARA A NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS	50
RELATOS DE ESCRITORAS E ESCRITOR CIENTÍFICOS .	59
REFLEXÕES SOBRE A ESCRITA ACADÊMICA	60
ANDANDO.....	62
OS PRIMEIROS PASSOS NA ESCRITA ACADÊMICA.....	64
PARA PRATICAR	66



A PESQUISA CIENTÍFICA COMO PRÁTICA SOCIAL ARTESANAL

Edvaldo Carvalho Alves


"Não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas". (Karl Marx)

Em sentido amplo, pesquisa é o desenvolvimento de atividades com o objetivo de buscar determinado conhecimento. Etimologicamente, o termo originou-se do latim, perquirere, ou perquiro, que significa perquirir, investigar com escrupulo, indagar, inquirir minuciosamente, informar-se, procurar com cuidado.

De acordo com Bagno (1998, p. 17),

O participio passado desse verbo latino era perquisitum. Por alguma lei da fonética histórica, o primeiro R transformou-se em S, na passagem do latim para o espanhol, dando o verbo pesquisar que conhecemos hoje. [...] Os significados desse verbo em latim insistem na ideia de uma busca feita com cuidado e profundidade.

No que se refere à pesquisa científica, em particular, podemos afirmar que ela é a atividade básica da ciência, em seu processo, con-



tínuo e ininterrupto, de questionamento e ressignificação do real, de acordo com Minayo (2009) e Demo (1995). É por meio dessa atividade que produzimos novos conhecimentos científicos capazes de superar a experiência imediata que construímos em nossa vida cotidiana sobre a realidade. Isso nos possibilita alcançar os elementos responsáveis por sua configuração e funcionamento, fato que caracteriza o objetivo maior de qualquer pesquisa científica, pois, como assevera Marx (2011), se existisse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas, toda ciência seria desnecessária.

Ao consultar alguns manuais de metodologia, encontramos as seguintes definições de pesquisa científica:

A pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas através do emprego de processos científicos (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2006, p. 50).

A pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas de metodologia consagradas pela ciência (RUIZ, 2006, p. 48).

Pesquisa científica é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante o emprego de métodos científicos (ANDRADE, 2010, p. 12).

A pesquisa tem um caráter pragmático, é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é de descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos (GIL, 2019, p. 42).

Dois elementos chamam a atenção nessas definições: primeiro, que não existe pesquisa sem uma questão/problema formulada(o) anteriormente. Ela é o caminho para a construção de uma resposta possível; e, segundo, que seu desenvolvimento exige a apropriação e o manuseio de um conjunto de conhecimentos teóricos e técnicos/instrumentais reconhecidos como válidos pela comunidade científica. Assim, como

síntese, podemos construir o seguinte enunciado que conceituaria a pesquisa científica nessa perspectiva: um conjunto articulado e sistemático de ações racionais que, por meio do uso de métodos, técnicas e instrumentos reconhecidos como científicos, produzem respostas para questões formuladas previamente.

Contudo, observando e refletindo sobre essa conceituação, é possível perceber que ela não incorpora o papel ativo do sujeito, suas intencionalidades, motivações e o espaço social, com suas determinações que, ao mesmo tempo em que enquadram, disponibilizam recursos para se realizar a prática de pesquisa. Com efeito, essa definição não nos possibilita apreender a pesquisa em toda a sua complexidade, como um fenômeno social, síntese de múltiplas determinações.

Assim, com o fim de superá-la, tendo como alicerce a ideia formulada por Mills (1975) de *artesanato intelectual*, posteriormente apropriada por Bourdieu (1989), Lima; e Gondim (2006), podemos definir a pesquisa como uma prática social artesanal, isto é, um processo interligado e interdependente de ações que se processam em um espaço social delimitado que, por meio da observação, metódica e mediada teoricamente, recorta e problematiza a realidade e, em seguida, constrói sobre ela novos conhecimentos (representações possíveis) que, consciente ou inconscientemente, têm a marca pessoal do pesquisador.

Portanto, entendida como uma prática social artesanal, a pesquisa tem o poder de reconstruir significativamente a realidade, tanto para o sujeito que a desenvolveu quanto para os que dela participaram ou que tiveram acesso aos seus resultados, e pode contribuir, também, para mudar os modos de agir neste mundo.

No campo das Ciências Humanas e Sociais, o tipo de pesquisa que se realiza é a pesquisa social, aqui entendida como um processo interligado e interdependente de práticas sociais que visa compreender e explicar um conjunto delimitado e específico de fenômenos (sociais), que são resultantes das múltiplas interações, dialeticamente consensuais e conflitivas, entre os indivíduos situados em seus contextos sociais delimitados temporal e espacialmente.

Assim, como a pesquisa social lida com os fenômenos humanamente construídos, precisamos delimitar suas características distintivas, tanto as que têm a ver com seu objeto quanto as que se referem às dimensões constitutivas da relação entre ele e o sujeito do conhecimento.

Com relação ao objeto, os fenômenos sociais se distinguem e se particularizam porque têm algumas características que estão ausentes nos fenômenos físico-naturais, segundo Demo (1995) e Minayo (2002), a saber:

1. São resultantes das práticas reciprocamente orientadas dos seres humanos situados em contextos sócio-históricos determinados;
2. São históricos, isto é, transformam-se ao longo do tempo, o que gera a necessidade de que esse conhecimento produzido também mude;
3. Como são obras das práticas humanas, são dotados de significados/sentidos, uma vez que não é apenas o trabalho do pesquisador que atribui significado/sentido à realidade.

Além disso, a pesquisa social tem mais duas especificidades: primeiro, nesse tipo de pesquisa, existe uma identidade entre o sujeito e o objeto, isto é, ao delimitar um fenômeno como objeto de estudo, o pesquisador, por diversas razões – sejam de ordem étnico-racial, de gênero, de classe social, de faixa etária, entre outros – estabelece com ele algo em comum; e, segundo, a pesquisa social expressa, em maior grau do que as pesquisas nas áreas das Ciências Físico-naturais, o caráter ideológico do conhecimento científico, ou seja, seu condicionamento histórico social, sua parcialidade, pois ela veicula, mesmo que sem a consciência do pesquisador, interesses e visões sociais de mundo representativas das classes e das frações de classes que constituem determinada sociedade.

Esta visão social de mundo atua em todo o processo de pesquisa, desde a escolha do problema de pesquisa, do marco teórico, dos métodos e instrumentos e, portanto, conseqüentemente, nos resultados e suas possíveis aplicações, reafirmando o caráter de prática social artesanal da pesquisa científica. (ALVES; BUFREM, 2020, p. 17)

A pesquisa científica, entendida como uma prática social artesanal, pode ser classificada tendo como base vários critérios além da especificidade de seu objeto. A questão de como classificar a pesquisa que se está planejando ou a que já foi realizada é uma das dúvidas mais comuns entre os pesquisadores iniciantes, mas que também aflige uma parcela considerável dos que têm certa experiência. Talvez um dos motivos para isso seja a grande confusão existente nos manuais de metodologia da pesquisa que não utilizam critérios em comum para fazer essa classificação. Para tentar resolver esse problema, propomos uma classificação tendo como base quatro elementos: 1) a natureza da pesquisa; 2) o tipo de abordagem da realidade que será realizada; 3) as fontes de informação utilizadas; e 4) o objetivo que se quer atingir.

No que se refere à natureza da pesquisa, pode ser classificada como pura ou aplicada. A pesquisa pura é a que não tem como finalidade utilizar imediatamente seus resultados para resolver algum problema de ordem da vida prática/cotidiana, mas objetiva contribuir para aprofundar e ampliar o conhecimento sobre determinado tema, possibilitando o avanço/desenvolvimento do saber científico no geral e, em particular, do subcampo científico em que foi desenvolvida. Quanto à pesquisa aplicada, o principal objetivo dos seus resultados é de servirem de base para orientar ações e/ou políticas que visam resolver/solucionar problemas/questões de ordem da realidade cotidiana da vida de grupos sociais, organizações e instituições.

No que diz respeito ao tipo de abordagem da realidade, as pesquisas podem ser classificadas como quantitativas, qualitativas e mistas (quanti-qualitativas¹). As pesquisas qualitativas², segundo Alves; e Burem (2020) e Minayo (2009), são as que trabalham com uma dimensão

¹Também denominadas por alguns autores de pesquisas de multimétodos.

²Entendendo a pesquisa como prática social artesanal e tendo como base Alves; e Burem (2020), toda pesquisa tem uma dimensão qualitativa, pois se constitui como um processo de escolhas realizadas por um agente social dotado de valores, interesses e motivações que se encontram em sintonia com sua posição social. No entanto, é possível diferenciá-la a partir do nível de realidade que é recortado pelo sujeito para ser analisado e a forma de representá-lo.

mais profunda do real e que não está aberta à mensuração, ou seja, a dimensão simbólica dos significados, das motivações, das aspirações, das intencionalidades, dos valores, das crenças, das ideias e dos ideais orientadores e responsáveis pelo processo de significação das práticas e do mundo humano. O principal objetivo desse tipo de pesquisa é de compreender, de forma interpretativa, os sentidos/significados dos fenômenos sociais construídos pelas práticas sociais dos agentes, porque, nesse tipo de pesquisa, os elementos simbólicos são entendidos como parte constitutiva da realidade social, visto que “[...] o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (MINAYO, 2009, p. 21).

Diferentemente, a pesquisa quantitativa opera com a dimensão da realidade que pode ser submetida ao cálculo numérico e à representação matemático-estatística, tendo em vista que objetiva, a partir desses recursos e procedimentos, mensurar características de grupos sociais e de comportamentos e inferir padrões de regularidade e relações de causa e efeito entre variáveis. Portanto, busca responder questões de amplitude/extensão dos fenômenos sociais. Um exemplo disso seria a pesquisa do censo populacional ou as pesquisas das taxas periódicas de desemprego.

Importante pontuar que, como ressaltado por Alves; e Bufrem (2020), foi construída historicamente a ideia de que esses dois tipos de pesquisa eram opostos, fato que hoje já foi superado, pois se entende que ambas são complementares, portanto, quando utilizadas em conjunto, possibilitam a produção de um conhecimento mais rico da realidade social, uma vez que conseguem apreender a relação dinâmica entre os elementos que fazem parte das duas dimensões constitutivas do real. Essas pesquisas são denominadas de mistas, quantiquantitativas ou multimétodos. Entretanto, sua realização requer de quem irá realizá-la um conhecimento teórico-metodológico sólido que alicerce a pesquisa qualitativa e a quantitativa.

Quanto às fontes de informação utilizadas para a realização de uma pesquisa, são denominadas de bibliográfica, documental ou de campo.

Uma pesquisa é bibliográfica quando utiliza unicamente fontes secundárias, isto é, material bibliográfico, artigos, livros, capítulos de livros, teses, dissertações e monografias. Já as documentais são as que utilizam fontes primárias, documentos que não são frutos de pesquisas já realizadas, como, por exemplo, atas de reuniões, fotografias, ilustrações, cartas, boletins de ocorrência etc. Já as pesquisas de campo são as que trabalham com fontes diretamente produzidas pelo pesquisador, por meio da utilização de instrumento e de técnicas, por ele criadas (questionários, entrevistas etc.), aos agentes sociais que fazem parte do espaço social onde o fenômeno, objeto de estudo, está inserido e se manifesta.

Por fim, quanto ao objetivo que se pretende atingir, as pesquisas podem ser classificadas como exploratórias, descritivas, correlacionais e explicativas. As pesquisas exploratórias, cujas fontes utilizadas são, fundamentalmente, do tipo bibliográficas, são aquelas cujo objetivo é de propiciar uma apropriação teórica com vistas a possibilitar mais conhecimentos por parte do pesquisador sobre o tema, visando torná-lo apto a planejar melhor sua pesquisa e delimitar, com mais precisão e fundamento, a questão, a hipótese e os objetivos. Já as pesquisas descritivas visam identificar, registrar, especificar e descrever como os fenômenos se estruturam e funcionam. São uma espécie de raio X ou fotografia do fenômeno recortado como objeto de estudo, como visto nas palavras de Danhke (1989 apud SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 101), “[...] procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno [...]”.

Ainda de acordo com os autores citados, existem as pesquisas correlacionais, que visam explicar um fenômeno, o que nos possibilitaria verificar a existência de correlações entre variáveis e/ou conceitos, como, por exemplo, verificar se a renda familiar, a cor de pele declarada e o gênero são fatores que se correlacionam, ou seja, que atuam condicionando a taxa de evasão de alunos em cursos universitários de instituições federais de ensino superior.

E, por fim, temos as pesquisas explicativas, que são mais complexas do que as anteriores, porque requerem mais tempo, conhecimento

e experiência de quem irá desenvolvê-la e visam responder por que os fenômenos existem e se manifestam de determinada forma. Elas nos propiciam um aprofundamento do conhecimento sobre a realidade. É nesse tipo de pesquisa que se pode chegar à formulação de leis explicativas, que representam relações de causa e efeito para os fenômenos, principalmente, nas Ciências Físiconaturais e Exatas.

Assim, como visto no decorrer do texto e, inicialmente, sintetizado em sua epígrafe, fazer pesquisas é um trabalho árduo, durante o qual se encontram muitos obstáculos, mas que o pesquisador, através das escolhas que faz, em termos teóricos e metodológicos, vai, aos poucos, superando e consegue ultrapassar a imediaticidade e o caráter de manifestação fenomênica do recorte do real, delimitado como objeto. Isso lhe possibilita apreender as múltiplas determinações que constituem esse fenômeno e que o fazem ser o que é. Entendida dessa forma, a pesquisa científica é uma condição primeira para se construir uma prática social verdadeiramente transformadora e emancipatória.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. C.; BUFREM, L. S. *A dinâmica da pesquisa em Ciência da Informação*. João Pessoa: Edufpb, 2020.

ANDRADE, M. M. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAGNO, M. *O que é e como se faz pesquisa na escola*. 1. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1998.

BOURDIEU, P. Introdução à Sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

DEMO, P. *A metodologia científica das ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONDIM, L.; LIMA, J. C. *A pesquisa como Artesanato intelectual*. São Carlos: EdUfscar, 2006.

MARX, K. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo: 2011.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2009.

RUIZ, J. A. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. *Metodologia da Pesquisa*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. p. 96-115.



A ESTRUTURA DOS TEXTOS CIENTÍFICOS

Ana Cláudia de Araújo Santos

1 APRESENTAÇÃO

Cara escritora e caro escritor científico, o meu objetivo, neste texto, é o de dialogar com vocês sobre um assunto que nos incomoda, amedronta e paralisa: escrever um texto científico.

Não objetivo escrever um roteiro ou dicas nem disponibilizar uma receita, mas contribuir para que esse momento seja menos dolorido. Mas, de antemão, já lhes aviso, que tudo isso é um processo, e, como tal, requer alguns investimentos, entre eles: realização de leituras, planejamento, dedicação, ajustes, um pouco mais de ajustes, correções e, com certeza, mais ajustes, revisões... Viu? Um texto de qualquer natureza nunca é concluído na primeira tentativa de se escrever e nem na última, talvez. Acredite, isso acontece com a sua autora, o seu autor preferido, a quem você dedica eterna admiração. O que chega a mim e a você são produções, que foram várias vezes revistas até a versão final. Então, tente não se apressar para concluir os primeiros rabiscos e nem desanime com a necessidade de ser paciente.

Desejo que o que está registrado aqui lhes traga algum acolhimento, conforto, esperança – e algum desconforto também – assim como me causa até hoje. E agora, que tal começarmos?

2 ANTES DE TUDO, A ESTRUTURA

Você que está pensando na escrita daquele texto: Sua monografia de graduação, sua dissertação de mestrado, sua tese de doutorado, o texto para o periódico que sempre fez planos de publicar, a finalização daquela especialização ou aquele evento que será no lugar que você sempre fez planos de conhecer. Nesse exato momento, você se pega pensando “Por onde começar?”. Até poderia fazer uma piadinha: pelo começo não parece ser a melhor escolha? Que começo? A introdução, eu concluiria. Mas, para mim, existem duas coisas que antecedem a introdução: a primeira é a ideia e/ou o assunto sobre o que deseja escrever. Se chegou até aqui, possivelmente, já sabe sobre o que quer escrever. Pode até ser que ainda não saiba como colocar no papel, mas, em alguma circunstância, já ouviu falar sobre o tema. Quanto à segunda, é a estrutura para organizar o tema.

Sempre que preciso escrever um texto científico, penso em sua estrutura, em sua base esquelética, o que me possibilitará, certamente, discorrer sobre determinado tema. Uma das coisas que aprendi em minha carreira de escritora científica foi que essa estrutura se mantém a mesma para qualquer gênero textual científico, e essa foi a minha grande descoberta. “Seja TCC, dissertação, tese ou artigo científico, o pensamento e a estrutura do texto são os mesmos; os equívocos é que variam!” (VOLPATO, 2015 (contracapa do livro), grifo nosso).

A ideia que aqui começa a se revelar é a de que, para escrever textos científicos, primeiro, é preciso estruturá-los, desenhá-los.

Para isso, cabe a analogia da construção de uma casa. Não podemos pensar nos itens decorativos antes de construí-la. Ousaria dizer que, depois disso, você pode decorar os espaços internos de sua casa, por qualquer cômodo. Trazendo isso para a produção científica, ressalto que, desde o desenho estrutural de um texto, é possível escrevê-lo a partir de determinada seção.

Bem, você deve estar pensando e se perguntando: que estrutura é essa? Não me lembro de ter visto isso em minhas aulas, principalmente,

nas de Metodologia do Trabalho Científico. Sim, você a conhece, mas talvez não com esse nome. A estrutura básica de um texto científico diz respeito à organização e à estruturação de suas ideias basilares, as que norteiam e fundamentam a apresentação do tema de sua pesquisa. Assim, posso considerar que ela se resume a estas: i) a escolha e a delimitação do tema; ii) a questão/problemática de pesquisa; e iii) os objetivos (geral e específicos) (QUINTELA, 2017). Assim, ao pensar nesses itens, você terá o desenho do que será realizado.

Vamos detalhar cada uma delas. Porém, não é possível escrever sem ler, e para escrever textos científicos, é necessário ler textos científicos, porquanto são eles que constituirão seu repertório sobre o que deseja apresentar por meio de um jogo de palavras escritas. Basta buscar, em sua memória, seu tempo no Colegial, quando você era solicitado a ler um texto para produzir outro, como, por exemplo, a redação. A lógica em relação a isso não mudou e nem mudará, o que mudou foi o nível escolar em que você se encontra. Então, procure formar seu repertório de leitura e estocar informações sobre o tema que vai estudar para poder estruturá-lo.

Então, vamos pensar em nossa estrutura básica? O primeiro item consiste em escolher e delimitar o tema. Mas, como escolho? Como saber o que podemos estudar? Como delimitar? Tenho tantas ideias que gostaria de desenvolver. Calma! De repente, eu posso ter algumas possíveis respostas para essas indagações que sempre nos assombam. Eu sou daquelas pessoas que levantam a bandeira: faça o que você gosta. Mas, infelizmente, no mundo das produções científicas, embora, nem sempre, essa seja a razão de nossa primeira escolha, não duvido que ela pode ser o fio condutor.

A escolha do tema de pesquisa independe do tipo de texto que você pretende escrever (artigo, monografia, dissertação ou tese). A motivação para essa escolha pode surgir de uma "observação no cotidiano, na vida profissional, da atuação em projetos de pesquisa, de *feedbacks* de pesquisas desenvolvidas ou do contato com a literatura da área" (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 76), além da convivência com suas professoras e seus professores. Note que há uma diversidade de meios que podem ser o

pontapé inicial para você escolher seu tema. Também não posso deixar de referenciar que essa escolha está completamente associada à pesquisadora, ao pesquisador e àquilo em que acreditam, ou seja, sua pesquisa representa seu pensamento e toda a sua formação: cultural, política, econômica e intelectual.

Quanto à delimitação do tema, é o recorte que é dado à ideia mais genérica: a ideia e a abordagem maiores. É aquele detalhe que chama a sua atenção. Ficou muito abstrato, não foi? Adoro exemplos e desenhos, então, venha aqui comigo. Acabo de lhe conhecer, e você me diz que vai desenvolver uma pesquisa. E eu, super curiosa, lhe pergunto: sobre o que é a sua pesquisa? Você me responde: Covid-19. Pronto, está aí, esse é o seu tema de pesquisa, o seu assunto (quis usar esse exemplo, pois vivemos uma pandemia de forma muito intensa, e ela nos tomou em vários sentidos, portanto, utilizá-lo acaba contribuindo para um entendimento universal). Agora você deve estar dizendo: *ok*, entendi sobre o tema, mas, e a delimitação? Eu tinha dito que era um recorte, não foi isso? Então, pense em um recorte, em um detalhe sobre a Covid-19 que você gostaria de estudar. Por exemplo: a divulgação de notícias falsas sobre a Covid-19. Perfeito! Essa é a sua delimitação temática.

Olha, talvez eu precise repetir o que disse lá atrás: para escrever textos científicos, é preciso lê-los. Para você saber como escolher e delimitar um tema de pesquisa, precisa ler sobre isso. Embora minha proposta seja de contribuir para descomplicar a elaboração dos textos científicos, o meu texto, sozinho, não será suficiente nem esclarecerá todas as outras dúvidas que surgirem.

Continuando com a narrativa sobre a estrutura do texto científico, o segundo item é a problemática de pesquisa. Vixe! A problemática, normalmente, costuma ser um problema. É o assunto mais perguntado em nosso curso: como eu descubro a minha problemática? Como apresentá-la? Vou utilizar essas reflexões para ajudá-lo/a a compreender isso:

A questão, ou questões, de uma pesquisa é/são semelhante(s) ao denominado como problemática. Toda pesquisa necessita ter, pelo menos, uma questão/problemática,

apresentada em uma frase interrogativa, de forma clara, objetiva, compreensível e que seja possível de resolver – a pesquisa será realizada com o objetivo de buscar responder à questão/problemática (ALVES, 2020, n. p.).

Ressalta-se, ainda, que a questão/problemática é uma ação/prática realizada pela(o/e) pesquisador(a/e), a partir de seus interesses e valores, que recortam/delimitam um fenômeno da realidade configurando-o, assim, em objeto de estudo de um trabalho científico (ALVES, 2020, n. p.).

Além disso,

O processo de construção de uma questão/problemática é o momento mais difícil do processo de planejamento de uma pesquisa, no entanto, essa dificuldade é diretamente proporcional ao estoque de conhecimento da/o/e pesquisadora/o/e, ou seja, quanto mais ele se apropriou teoricamente menos dificuldade terá de problematizá-lo (ALVES, 2020, n. p.).

Mas, claro que nem tudo está perdido, pois “existem várias orientações, nos manuais de metodologia da pesquisa, sobre como formular e apresentar a questão/problemática, contudo, não há uma fórmula pronta” (ALVES, 2020, n. p.).

Por isso, disponibilizo algumas dicas:

1. Delimitar o tempo e o espaço na questão/problema;
2. Expor em frase interrogativa;
3. Ser passível de verificação empírica;
4. Adequar o tempo que se tem para realizar a pesquisa;
5. Não se alicerçar em valores, mas em teorias;
6. Ser adequada às condições materiais e intelectuais do/a pesquisador/a.

Para finalizar, quanto melhor formulada, ou seja, delimitada e especificada, for a questão/problemática menos dificuldades terá a/o/e pesquisador(a/e) durante a realização da pesquisa e, consequentemente, na sua conclusão com êxito” (ALVES, 2020, n. p.).

Como dito acima, a elaboração da problemática é a etapa mais complexa do delineamento de uma pesquisa, porquanto demanda da pesquisadora e do pesquisador um conhecimento sobre a abordagem que deseja fazer. É ela que conduzirá todos os outros elementos e os itens que serão apresentados em seu texto. Ela apresentará uma especificidade de sua delimitação temática.

Vamos continuar com o exemplo anterior? Você me disse que seu tema de pesquisa era *Covid-19* e sua delimitação, a divulgação de notícias falsas sobre essa doença. Naquele diálogo que tivemos quando nos conhecemos, você me disse que acredita que a falta de uma política pública de governo voltada para o combate a *fake news* contribui para que a população fique desinformada em relação à transmissão, ao contágio e, sobretudo, aos efeitos da *Covid-19*. Mais uma vez, você entendeu. Isso que você acabou de me dizer é a sua problemática de pesquisa. Agora é só transformar isso aí em uma pergunta. Eu posso te ajudar? Que tal, se for esta a sua questão de pesquisa: Como a falta de uma política de governo contribui para propagar a desinformação sobre a *Covid-19*, no ano de 2020, no Brasil?

Pronto, você identificou a problemática da pesquisa e a transformou em uma frase interrogativa a partir do repertório de leitura que formou sobre a *Covid-19*. O próximo passo é apresentar seus objetivos. Os textos científicos têm um objetivo geral, que é o que concentra a ideia mais genérica do estudo, e os objetivos específicos, que detalham essa ideia. Considero-os como metas que precisam ser alcançadas. Os verbos que introduzem os objetivos devem ser empregados no infinitivo, pois indicam uma ação.

De repente, olhei para você e percebi que franziu a testa - sua linguagem corporal me disse isto: eu não entendi nada do que ela disse. Vamos combinar assim? Eu lhe explicarei isso utilizando aquele exemplo da casa, lembra? O da decoração. Em outro momento - depois de oficializar nosso *clube das apoiadoras e dos apoiadores científicos* - nos encontramos em um café, pois você estava com dois problemas: o projeto de decoração de sua casa tinha dado errado por

causa de uma infiltração e você não sabia como elaborar os objetivos do seu texto científico.

Você parecia um pouco triste e foi logo me dizendo: “Nem sei por onde começar, estou com muitas coisas para colocar em prática. Preciso analisar os danos causados pela infiltração em minha casa” (a ideia mais abrangente, objetivo geral); também terei que identificar os danos causados pela infiltração em minha casa; organizar minha vida financeira e elaborar um novo projeto decorativo (detalhamento de sua ideia mais abrangente – são as metas, ou seja, os objetivos específicos).

Percebe que você entendeu a lógica da organização e da sistematização dos seus objetivos? Agora, com um pouco mais de calma por ter resolvido a questão da decoração de sua casa, você me pergunta: E o meu texto científico, como vou conseguir organizar os objetivos? Eu lhe respondo: utilize essa mesma estrutura lógica.

E a explicação sobre os seus objetivos de pesquisa seguiu até o final daquela tarde ensolarada, regado de boas risadas, rabiscos e observações coloridas em seu caderno de rascunhos, e de café, claro. Você me dizia: o que eu desejo mesmo é desenvolver uma análise sobre a política de comunicação no Brasil com ênfase na disseminação das *fake news*. A partir disso, eu poderia ter acesso às medidas da Secretaria Especial de Comunicação Social para combater esse tipo de informação, além de descrever os protocolos adotados pela página @governobrasileiro. Isso me possibilitaria caracterizar a política do governo. E concluiu, dizendo: bem, penso que é isso que preciso organizar para contemplar meus objetivos.

Eu simplesmente esbocei um sorrisinho de canto de boca, pois você não tinha problema nenhum com os seus objetivos, só um pouco de insegurança para colocá-los no papel. Com muita alegria e serenidade, te convido para contemplar o desenho de sua estrutura básica que foi elaborado a partir do nosso diálogo. É só olhar no quadro a seguir.

Quadro 1 – Estrutura básica de um texto científico

Tema:
Covid-19
Delimitação temática
A divulgação de notícias falsas sobre a Covid-19
Problemática/questão de pesquisa
Como a falta de uma política de governo contribui para propagar a desinformação sobre a Covid-19, no ano de 2020, no Brasil?
Objetivo geral
Analisar a política de comunicação do governo brasileiro no ano de 2020 sobre a Covid-19
Objetivos específicos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as medidas de combate à divulgação de <i>fake news</i> elaboradas pela Secretaria Especial de Comunicação Social; 2. Descrever os protocolos adotados para a divulgação de informação sobre a Covid-19 no Instagram @governobrasileiro; 3. Caracterizar a política de comunicação do governo brasileiro.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Escritora e escritor científico, nossa estrutura básica está sistematizada e, com ela, é possível pensar no desenvolvimento do seu texto, nos movimentos necessários para expor seu tema de pesquisa. Mas essa é uma pauta para um novo texto cujo o objetivo seja o de apresentar detalhadamente cada um dos itens que foram expostos neste nosso diálogo.

Mas, antes de finalizar nosso papo, gostaria de enfatizar que entendendo a escrita de um texto científico como um processo, um tecer de fios e linhas, e o seu desenvolvimento de uma pesquisa se caracteriza, por natureza, em um processo comunicacional. Logo, “[...] se houvesse só um conselho que eu pudesse dar a alguém para encarar um projeto

de pesquisa [texto científico] seria o de ver a escrita como um *exercício de comunicação*" (O'LEARY, 2019, p. 444, grifo nosso). Não se esqueçam disso: vocês estão se comunicando com alguém do outro lado, que anseia por compreender sua ideia e saber como ela foi estruturada. Assim, da próxima vez, quando forem escrever um texto científico, invistam em sua estrutura básica.

3 APENAS PENSAMENTOS

O universo das produções científicas nos convida, a todo instante, a escrever um texto com um tema diferente, o que demanda de nós, na maioria das vezes, um grande esforço que envolve desde a gestação da ideia até o momento de sua divulgação. E entre essas duas pontas, há um espaço enorme, em que existem muitos elementos, entre eles, as dúvidas sobre como e por onde começar. Minha proposta foi a de apresentar uma possibilidade de contribuir para que você escrevesse seus primeiros rabiscos científicos com um pouco mais de segurança.

A estrutura básica de um texto é, em sua definição mais elementar, o ponto de partida para a quebra de gelo entre mim e a página que teima em ficar em branco. É um alento para as pessoas que vão começar, independentemente do grau escolar, pois nos apresenta um verdadeiro caminho possível. E eu, realmente, desejo que você também passe a pensar dessa forma, se já não pensava assim antes.

Minha querida leitora e meu querido leitor científico, espero que este texto lhes tenha apresentado algumas ideias diferentes e lhes possibilitado (re)construir sua relação com a escrita, para melhor, não é? Claro que não vou mentir para vocês: escrever um texto científico não é tão fácil, mas, sem dúvida, é possível, principalmente quando pensamos que é *mais* uma coisa, dentre tantas outras, que já fazemos.

Então, iniciemos esse processo com mais amor, mais sabedoria e mais disponibilidade. Um grande abraço para você que ficou comigo até agora, possivelmente curiosa e curioso, para saber um pouco sobre a estrutura dos textos científicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. C. *[Sobre a problemática, as questões da pesquisa podem ser a problemática? Como definir a problemática?]*. WhatsApp. 25 maio 2020. 10:30. 1 mensagem de WhatsApp.

O'LEARY, Z. *Como fazer seu projeto de pesquisa: guia prático*. Petrópolis: Vozes, 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf. Acesso em: 12 maio 2022.

QUINTELA, A. *Artigo científico em cinco passos*. 2017. (7m38s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1ZWLIg+BJt0>. Acesso em: 10 maio 2022.

VOLPATO, G. L. *Guia prático para redação científica*. São Paulo: Best Writing, 2015.



OS DESAFIOS DA ESCRITA CIENTÍFICA E OS PROCESSOS DE OPRESSÃO

Hugo Menezes Neto

Este breve texto sintetiza uma palestra que ministrei, em 20 de maio de 2021, como parte das atividades do projeto de extensão *Au-Clia à escrita científico-acadêmica* sobre o tema *escrita científica*, por considerar que ela responde ou engendra processos de opressão. Falar da escrita científica seria falar sobre vida acadêmica, saúde mental e dispositivos violentos que hierarquizam inteligências e parecem querer enquadrar as criatividades.

A escrita é uma dimensão fundamental das atividades científicas da universidade, especialmente no campo das humanidades. Estamos vivendo um momento delicado nas universidades públicas, de cortes orçamentários e de perseguição aos docentes, além de críticas da sociedade acerca da dificuldade de extroverter o que é produzido por nossas pesquisas. Essa dificuldade se impõe em duas frentes: a falta de projeção dessa produção para além dos espaços consagrados de saber e a dificuldade de imprimir uma escrita inteligível e não opressora.

Embora as premissas do trabalho universitário ditem o dever de estabelecer uma relação direta com a sociedade, somos acusados, nem sempre injustamente, de escrever para um circuito muito pequeno de

interlocução, para apreciar só nossos pares, o que deveria nos impelir a pensar em novas políticas de comunicação, tencionando os cânones da produção acadêmica.

A princípio, a universidade não se comunica apenas por meio dos textos escritos, porquanto também gesta formas diferentes de extroverter os conteúdos como *podcasts* e *videoaulas*, plataformas executadas em meu Departamento, por exemplo. Com essas ferramentas, conseguimos comunicar à sociedade nossas pesquisas e disponibilizamos os conteúdos em uma linguagem mais simples, também gratuita e fácil de acessar.

A revisão da política de comunicação universitária – leia-se da forma e do conteúdo divulgados – passa pelo reconhecimento de que a escrita acadêmica é constituída de lógicas de opressão e de que os efeitos dessa constituinte, muito além da ininteligibilidade, é a produção de sujeitos acadêmicos psicologicamente adoecidos e sujeitos sociais despolitizados. A escrita opressora seria, inicialmente, aquela que os/as leitores/as e os/as estudantes, principalmente, mas não apenas, têm dificuldade de compreender. A escrita acadêmica também oprime quem a pratica – o/a escritor/a.

Antes de seguir com a argumentação, é preciso deixar claro que a ininteligibilidade causada por um tipo peculiar de escrita não tem a ver com a dificuldade de compreender os conceitos. É normal não entender conceitos, categorias e jargões específicos de uma área, o que pode ocorrer devido à falta de repertório anterior ou ao pouco amadurecimento intelectual de quem está em formação. A escrita opressora é aquela que nos leva a produzir textos propositalmente complicados (não necessariamente complexos) e truncados (não fundamentalmente rebuscados); o simples é confundido com o simplório, e toda a argumentação parece operar para mostrar que a erudição deve se impor pela incompreensão, como se fosse dever do erudito causar dificuldades de entender com armadilhas textuais que fazem o/a leitor/a não conseguir avançar no texto e, por fim, desistir de lê-lo.

Não precisamos abrir mão da gramática particular dos diferentes campos disciplinares, que apresentam formas distintas de construir os

textos e iluminar as ideias e as noções propostas. É um tipo de tradição acadêmica, mas que podemos agenciar, negociando uma prática da escrita atenta ao alcance e a uma compreensão mais ampla. O desafio é de levar para o texto o repertório necessário para se comunicar com os pares acadêmicos, mas também com os estudantes e, se possível, com outros públicos. É o que podemos chamar de agenciamento do “academichês”, não produzir uma escrita opressora exatamente para não produzir uma leitura opressora.

Quando escrevo um artigo, penso em não replicar essa lógica porque não quero que meu/minha leitor/a se sinta diminuído/a ou oprimido/a por ele e fique preso/a a um parágrafo, o que o/a faz não avançar na leitura. Não intento fazer de cada parágrafo um grande obstáculo a ser vencido, repleto de palavras que passam ao largo de nossa vivência cotidiana, que não captura o/a leitor/a, ao contrário, afasta-o/a. Tenho dificuldades com uma expressão comum entre os/as acadêmicos/as quando preciso ler autores considerados difíceis: “Vou enfrentar um texto”. Enfrentar remete a uma guerra a ser vencida. O verdadeiro enfrentamento é de outra ordem – mudar a comunicação e derrubar a torre de marfim na qual nós, acadêmicos, somos acusados de estar isolados/as.

A escrita opressora é forjada em regimes rígidos de comunicação científica, que se tornam muletas estruturais para extroverter o conhecimento e se convertem em empecilhos para destituir essa escrita de seu lugar de legitimação da verdade. Estamos todos/as limitados/as pelo universo de ideias-reflexões-análises de nossas ciências, tanto quanto pelo conjunto de regras de formatação, de éticas comunicacionais e de institucionalidades reguladoras do campo que impedem que haja mudanças mais profundas no referido regime.

Não vislumbro um movimento de subversão, uma insurreição que nos faria, coletiva e revolucionariamente, negar os ditames institucionais, produzindo uma escrita não opressora, logo, libertadora e emancipadora. Seria uma utopia pensar nesses termos. No entanto, estamos falando de pequenos movimentos internos desarticuladores, como poeticamente cantou Secos e Molhados: “No centro da própria engrenagem, inventa

contra a mola que resiste”. É importante ficarmos atentos/as às boas escritas acadêmicas – que se propõem criativas e autorais, sobressaem-se por entre as normas e o controle e, de dentro das universidades, tentam corroer as estruturas – e celebrá-las.

Nesse sentido, é relevante que revisemos nossas condutas. Nas ciências humanas, a escrita é um processo muito solitário, que parece responder à mítica do/a acadêmico/a enclausurado/a, que vive o sofrimento do desgaste físico e mental para entregar ao circuito da publicação científica seu trabalho. Uma das formas de subverter a engrenagem é entender que a escrita não precisa ser solitária e dolorosa (desgastante e tensa). Entregar o texto para outras pessoas lerem, compartilhá-lo e perguntar se está inteligível o suficiente para atingir e mobilizar muita gente é potente. Essa leitura crítica desobrigada, que não é da banca nem do/a orientador/a ou do/a parecerista, faz do processo de escrita algo mais coletivo e menos pesaroso. Pedir para alguém que não é da sua área de pesquisa ler é radicalizar esse experimento. Se ele/ela conseguir avançar na leitura sem se sentir oprimido, isso já é uma grande resposta. O *feedback* dessa leitura nada teria a ver com as teorias acionadas ou com as análises tecidas, o que responderia às seguintes questões: há obstáculos ou armadilhas que impedem esse/a leitor/a de avançar no texto? Ele/ela se sente oprimido/a pela escrita apresentada?

Além de coletivizar o texto, fazendo-o circular, antes da publicação, por outros olhares e leituras desobrigadas, nós, autores/as inscritos/as na universidade, precisamos destituir a primazia do gênio, do/a escritor/a iluminado/a que produz seus textos num fluxo imaginativo contínuo e criativo. A realidade nos mostra o inverso disso. O que chega ao público é a culminância de processos de escrita e reescrita de várias versões, que foram atravessadas e impactadas por problemas pessoais e subjetivos.

O arquétipo do gênio também oprime quem escreve. Ficamos, muitas vezes, travados/as na frente do computador, sofrendo da “síndrome do papel em branco”, por não nos considerarmos capazes ou geniais o suficiente para começar e desenvolver um texto sobre algo de nossa especialidade. Nesses termos, escrever seria apenas para os gênios, e a

tradição da escrita acadêmica opera para oprimir nossa criatividade e nos fazer acreditar que não somos capazes. Muitas pessoas abandonam suas carreiras acadêmicas por se enxergarem como menores diante da expectativa irreal e destrutiva do gênio e por acreditarem que o lugar de escritor/a é inalcançável. Muitas das que ficam enfrentam a “síndrome do impostor”, que as fazem duvidar de si mesmas e acreditarem que não merecem ou não têm competência para estarem na universidade, porque não sabem escrever.

Concluo esta breve exposição afirmando que a escrita opressora se relaciona com as relações de opressão muitas vezes estabelecidas no ambiente da universidade. A experiência acadêmica é constituída de hierarquias e de jogos de poder que definem quem pode considerar um texto como bom e defensável e quem deve aprender a reproduzir a lógica para pleitear ser aceito e respeitado. Essa estrutura bloqueia a pulsão criativa e adocece, mental e fisicamente, os mais vulneráveis dessa dinâmica. A opressão é adoecedora e é necessário estar bem de saúde psíquica para sair da “síndrome da página em branco”, driblar a “síndrome do impostor” e empreender esforços para não ser um/a reproduzidor/a das relações opressoras que impactam a escrita.

Este debate nos direciona a um processo de valorização de autoria, porque o ato de escrever faz parte de nossas atribuições e deve estar ligado a processos libertadores e emancipadores. Escrever um texto repleto de autores/as demonstra nosso repertório conceitual e nosso poder de articulação, contudo, essa erudição deve estar a favor da elaboração de um texto que abra espaço para reflexões próprias, autorais e criativas, promovendo processos de autonomia ao invés de subordinação, apatia e desistência.

Escrever é um ato político. Escrevamos!



PLÁGIO NA ESCRITA ACADÊMICA

Eli Lopes da Silva


1 PRÓLOGO

O plágio é uma forma de *má conduta* que, por sua vez, é o inverso da *ética* e da *integridade*. E pensamos que é destas últimas que deve partir qualquer fundamento que ajude a esclarecer o que é plágio. Isso é importante porque a discussão sobre plágio na escrita acadêmica vem sempre acompanhada do tema ética e integridade.

Para Korenman (2006), a integridade diz respeito à adesão ativa a princípios éticos. Ativa no sentido de crenças e posicionamentos pessoais, não como uma mera imposição legal. Quanto aos princípios éticos, segundo o autor, é preciso haver honestidade e confiabilidade nos registros científicos, os quais podem sofrer variações em suas normas, a depender da área.

Sobre a *má conduta*, podemos considerar como didática e funcional a declaração do Committee on Publication Ethics (COPE), que esclarece que ela se trata de um comportamento do pesquisador, seja intencional ou não, que foge aos padrões éticos (COPE, 2000).

Voltemos à questão inicial: o *plágio é, efetivamente, um tipo de má conduta*. Existem outras formas de se configurar a *má conduta*, como: a fabricação de dados, que é a invenção de dados científicos para publica-



ções; a falsificação, que está relacionada a alterações indevidas, tanto de dados de pesquisa (talvez a mais comum), quanto também de materiais; a gravação ou relato de dados inexistentes; a pirataria, que é a reprodução de ideias, materiais, métodos e equipamentos.

Neste capítulo, tratamos do plágio na escrita acadêmica, que envolve as publicações criadas, armazenadas ou recuperadas no meio acadêmico, como, por exemplo, os trabalhos de conclusão de curso, as dissertações de mestrado, as teses de doutorado ou as produções realizadas nas disciplinas cursadas nos diversos níveis de escolarização; as publicações em periódicos científicos, eventos, livros científicos ou outros que recebem textos oriundos de pesquisas e demais produções científicas.

Podemos dizer que o plágio também é uma forma de pirataria. No caso da escrita acadêmica, ele diz respeito ao uso indevido da manifestação linguística dos outros, que vai desde a reprodução de um texto oral ou escrito até uma linguagem audiovisual, como foto, vídeo e imagem. Na escrita acadêmica, a forma mais comum de plágio – mas não exclusiva – é a reprodução de textos sem a devida citação.

O plágio pode ser usado de forma não intencional, principalmente quando o redator não conhece a norma técnica solicitada na publicação. É papel do redator conhecer a norma técnica exigida por quem vai publicar seu trabalho – seja uma editora, uma revista científica, um congresso etc. *Criar citações diretas e indiretas não é mera formalidade da escrita acadêmica, pois o seu conhecimento está intrinsecamente ligado à questão do plágio.*

Anterior ao uso da norma, está o próprio conceito desses dois tipos de citações, que, embora simples, em algumas circunstâncias são utilizadas de forma equivocada, a ponto de um texto se configurar como plágio.

Na *citação direta*, o redator deve escrever o texto tal como consta na fonte original e indicar para o leitor que se trata de uma reprodução. Na norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), essa reprodução é indicada entre aspas, dando continuidade ao texto, caso a cópia ocupe até três linhas (ABNT, 2002). Ainda conforme a mesma norma, se a reprodução exceder três linhas, deve ser transcrita com recuo de 4 cm, fonte menor, espaçamento entre linhas simples e sem aspas.

Embora a regra seja fácil de entender, podemos citar um erro comum que encontramos em publicações acadêmicas: quando o redator faz uma tradução de outro idioma, cujo teor é idêntico ao da fonte original, sem indicar que se trata de uma citação direta.

Na *citação indireta*, o redator reproduz o texto com suas palavras e deve indicar a fonte original das ideias que está interpretando. Por isso, a citação indireta também é conhecida como paráfrase, ou seja, trata-se de uma *interpretação*.

A paráfrase – ou citação indireta – se configura quando o redator escreve as ideias de um autor com suas palavras. Porém, deve estar ciente de que o fato de ter sido reescrito não torna o conceito uma propriedade sua. Por essa razão é que chamamos de citação indireta, ou seja, a fonte original utilizada pelo redator deve ser mencionada na redação, independentemente da norma técnica utilizada, seja da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da American Psychological Association (APA) ou outra. A paráfrase é, repetimos, uma *interpretação* que o redator faz do autor citado.

Outro equívoco comum é a paráfrase escrita praticamente como consta no texto original, apenas se trocando alguns vocábulos.

A isso, Medeiros (2009) chama de *paráfrase de grau zero*, que, segundo o autor, é considerada plágio.

Há o entendimento de que uma simples substituição de vocábulos constitui uma paráfrase. Esse seria o grau mais próximo de zero. [...] O pesquisador, o estudante, o redator de trabalhos acadêmicos evitarão esse tipo de paráfrase, particularmente por contribuir muito pouco para o esclarecimento das ideias apresentadas. Nesses termos, a paráfrase revela-se um pasticho [plágio] (MEDEIROS, 2009, p. 169-170, grifo do autor).

Conforme pontuamos em outras publicações (SILVA, 2021), consideramos o plágio como uma *traição ao leitor*. Sem dúvida alguma, o plágio afronta os direitos do autor original, mas, para além disso, o redator que comete plágio está traindo o seu leitor. Enquanto o leitor pensa estar

diante de uma interpretação feita pelo redator, está lendo, na verdade, praticamente o mesmo texto da fonte citada.

Consideramos que é fácil identificar o plágio que se apresenta em forma de cópia de textos, pois basta comparar o que o redator escreveu com a fonte citada por ele. Vejamos um exemplo no quadro 1.

Quadro 1 – Plágio como cópia de textos

Fonte original	Texto do redator
<p>Assim como as empresas privadas, as organizações públicas também precisam superar a visão de gestão unicamente funcional no sentido de quebrar as fronteiras organizacionais internas e, sempre que possível, eliminar tarefas desnecessárias, gargalos, retrabalho e duplicidade de atividades que não agregam valor ao cidadão.</p>	<p>A gestão não pode ser unicamente funcional, mas estratégica, para que as empresas públicas ou privadas tenham sucesso.</p> <p>"Assim como as empresas privadas, as organizações públicas também precisam superar a visão de gestão unicamente funcional, no sentido de quebrar as fronteiras organizacionais internas" (FALCÃO JÚNIOR; SANTOS, 2016, p. 7).</p> <p>Sempre que possível, eliminar tarefas desnecessárias, gargalos, retrabalho e duplicidade de atividades que não agregam valor ao cidadão.</p>

Fonte: Adaptado de Silva (2021, grifo nosso).

Optamos por grifar, no quadro 1, a parte que foi copiada do texto original, visando mostrar que o redator até que conseguiu parafrasear uma parte da fonte, mas copiou a que não interpretou e, nesse caso, incorreu em plágio. Essa é uma forma bastante comum de plágio, quando existe a mistura entre uma citação direta devidamente identificada e uma cópia literal não identificada como tal.

O outro caso que apresentaremos, que é um plágio de citações, é um tipo mais difícil de identificar, pois o redator não copiou a fonte original, mas reproduziu as ideias nela apresentadas (quadro 2).

Quadro 2 – Plágio de citações

Fonte original	Texto do redator
<p>A partir da defesa desta concepção de universidade como instituição social, Chauí (2003) ressalta que a reforma neoliberal do Estado, que, ao considerar a educação como um serviço que pode ser privado ou privatizado, situa a universidade como uma organização. Esta visão Chauí (1999) chama de universidade operacional: uma organização voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Definida e estruturada por normas e padrões alheios ao conhecimento e à formação intelectual, que se consubstancia, por exemplo, no aumento de horas-aula, na avaliação quantitativa de publicações, na multiplicação de participação em comissões e de elaboração de relatórios que balizam a produtividade docente.</p> <p>Esta visão organizacional da universidade desestabiliza seus objetivos sociais, pois, de acordo com Chauí (2003), a educação deve ser compreendida e materializada como um investimento social e político, devendo constituir um direito e não um privilégio de poucos. Pesquisas apontam (BÚRIGO, 2009) que a universidade, em especial a universidade pública, como instituição social, é um espaço privilegiado para o processo da formação, pois esta é a sua essência. Não podemos conceber uma universidade distante do processo da formação, como uma prática fundamentalmente educativa e social.</p>	<p>Chauí (1999) nomeia como universidade operacional o tipo de organização que atende aos propósitos do neoliberalismo, pois é uma universidade que se preocupa com o quantitativo – publicações, horas-aula, participações em comissões – sem tomar como central a formação.</p> <p>Para Chauí (2003), o investimento da universidade precisa ser no âmbito político e social, como direito dos cidadãos e não como privilégio de alguns.</p> <p>Segundo Búrigo (2009), as pesquisas mostram a universidade, principalmente pública, como espaço privilegiado de formação.</p>

Fonte: Adaptado de Silva (2021, grifo nosso).

Nesse caso, é difícil identificar o plágio porque, se fossem utilizados programas de rastreamento de plágio, também conhecidos como identificadores de similaridades ou farejadores de plágio, a citação não seria localizada, mas, possivelmente, os softwares identificariam uma coincidência na lista de referências. Como podemos ver, o redator não copiou nada do texto original e supomos até que ele referenciou os autores citados na fonte original, mas as ideias ainda foram reproduzidas.

Ainda sobre esse tipo de plágio, reforçamos o nosso posicionamento de que o *plágio é uma traição ao leitor*. Conforme vimos no quadro 2, o leitor se depara com o texto do redator, vê os três autores citados e percebe que todos eles constam na lista de referências do redator. No pensamento do leitor, o redator causou uma boa impressão porque leu os três autores, soube interpretá-los e referenciá-los. Entretanto, não foi bem isso o que ocorreu, porque o redator não leu os autores citados, mas sim uma fonte que os citou. Esse caso mostra que, *assim como geralmente ocorre em outros tipos de traição, o traído (leitor) não sabe o que fez o seu traidor (redator)*.

Outras formas comuns de plágio são:

- Mistura de paráfrase correta com citação direta não atribuída: uma parte da citação direta é devidamente atribuída, mas há uma continuidade do texto que também é cópia do original. É parecido com o exemplo que apresentamos no quadro 1, com a diferença de que lá havia uma combinação de citação direta referenciada com outra que não estava.
- Colcha de retalhos formada por citações diretas não identificadas: quando o redator copia vários trechos, ainda que de fontes diferentes, formando uma combinação de citações não referenciadas.

A Turnitin, empresa que possui softwares para identificar similaridades (plágio), desde 2012 vem atualizando um documento que criou, intitulado *Espectro do plágio*, objetivando apresentar algumas formas mais usuais de identificar plágio. Optamos por transformar a figura apresentada no original em um quadro, em que, a cada grupo de duas linhas, de cima para baixo, aumenta a gravidade de plágio, até que as duas últimas são casos mais graves possíveis (quadro 3).

Quadro 3 – Espectro do plágio

Tipo	Descrição
Conluio estudantil	Trabalhar com outros alunos em uma tarefa destinada à avaliação individual.
Plágio inadvertido	Esquecer de citar ou citar corretamente uma fonte ou paráfrase não intencional.
Plágio palavra por palavra	Copiar e colar conteúdo sem a devida atribuição.
Plágio de paráfrase	Reformular as ideias de uma fonte sem a devida atribuição.
Autoplágio	Reutilizar o trabalho publicado ou enviado anteriormente sem a devida atribuição.
Plágio de código de computador	Copiar ou adaptar o código-fonte sem permissão e atribuição ao criador original.
Plágio em mosaico	Tecer frases e textos de várias fontes em seu próprio trabalho. Ajuste de frases sem aspas ou atribuição.
Plágio baseado na fonte	Fornecer informações imprecisas ou incompletas sobre as fontes, de forma que elas não possam ser encontradas.
Modificação de texto baseada em <i>software</i>	Utilizar o conteúdo escrito por outro e executá-lo através de uma ferramenta de <i>software</i> (<i>text spinner</i> , mecanismo de tradução) para evitar a detecção de plágio.
Modificação de texto manual	Manipulação de texto com a intenção de enganar o <i>software</i> de detecção de plágio.
Fraude de contrato	Contratar um terceiro (gratuito, pago ou em espécie) para completar uma tarefa e apresentá-la como seu próprio trabalho.
Plágio de dados	Falsificar ou fabricar dados ou apropriar-se indevidamente do trabalho de outra pessoa, colocando em risco a reputação de um pesquisador, instituição ou editora.

Fonte: Adaptado de Turnitin (2021, tradução nossa).

2 AUTOPLÁGIO OU RECICLAGEM DE TEXTO?

Considerando que o plágio advém da apropriação das ideias de terceiros, o termo autoplágio soa, no mínimo, como estranho, para não dizer *indevido*. Conforme vimos no relatório da Turnitin (2021), o autoplágio é a reutilização de um trabalho publicado sem a devida citação.

Entretanto, trazemos as seguintes perguntas que permearão nossa discussão daqui em diante no capítulo:

1. Há sentido em usar a palavra autoplágio?
2. Até que ponto a reutilização do trabalho anterior precisa ou não de citação?

Em relação à primeira pergunta, tomemos como exemplo a afirmativa de que “o plágio é uma traição ao leitor”, que utilizamos em publicações anteriores (SILVA, 2021). Não temos certeza se faz sentido a citação de uma obra anterior de uma expressão cunhada pelo próprio autor. A mesma condição é válida para casos em que o autor cria um método para um tipo de experimento e quer reproduzi-lo em outras ocasiões, a não ser que o objetivo seja o de utilizar a obra anterior para fundamentar, ou seja, não repetir a explicação teórica do método. Mas, ainda assim, é um caso que merece atenção, conforme apontaremos mais adiante.

Sobre a segunda pergunta, traçaremos algumas críticas à palavra autoplágio, apoiados no “Projeto de Pesquisa em Reciclagem de Texto”, da Duke University (2022), que tem o objetivo de discutir e criar políticas de reciclagem de texto, e nos apontamentos levantados por Moskovitz (2019).

O primeiro questionamento sobre autoplágio, como nos mostra Moskovitz (2019), é que se trata de um oxímoro, ou seja, uma palavra contraditória, pois se plágio é a apropriação de ideias de terceiros, não seria possível plagiar a si mesmo, o que contradiz o significado da palavra. O segundo ponto questionável sobre o uso do termo autoplágio é porque ele é utilizado com o sentido de má conduta, mas, na maioria dos casos, é empregado em um contexto em que se quer falar sobre

reciclagem de texto. Desse ponto de vista, o que podemos considerar é que reciclagem de texto é a expressão mais indicada.

Voltando ao nosso ponto de partida, o que está em jogo é o quanto é permitida ou não a reciclagem de texto, em que casos ou contextos, em quais áreas do conhecimento, em que circunstâncias de publicação, em quais comunidades científicas.

Moskovitz (2019) assevera que a reutilização de textos é uma questão complexa, que traz desafios éticos, do ponto de vista prático, para a comunidade científica. Um exemplo polêmico apresentado por Moskovitz (2019) é o de um autor que tem um volume grande de dados e apresenta, em um segundo artigo, cópias da seção de métodos criada em um artigo anterior de sua autoria. Dentre os posicionamentos apresentados para essa questão, Moskovitz (2019) mostra que há os que sugerem manter a seção sem qualquer citação; há outros que aconselham a escrita de um resumo, e, se o leitor quiser saber mais, a fonte do primeiro artigo deve ser citada; existem outros que advogam em favor de uma citação inicial, seguida de um indicativo da reciclagem. Uma das poucas diretrizes sobre isso, conforme aponta Moskovitz (2019), é a da Sociedade Meteorológica Americana, que vai ao encontro desta última forma, ou seja, segundo ela, cita-se a fonte original seguida de uma indicação que o restante do texto deriva dessa fonte (quadro 4).

Quadro 4 – Exemplo de como indicar reciclagem de texto

Os métodos são os mesmos empregados em Smith et al. (2008), e o texto a seguir é derivado daí, com pequenas modificações.

Fonte: Moskovitz (2019, p. 841, tradução nossa).

Outra importante observação sobre o que é ou não considerado reciclagem de texto é a publicação em anais de congresso, por exemplo, que, mais tarde, transforma-se em artigo, ou, na mesma lógica, uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado convertida em artigo. Questões como essas devem ser decididas por quem é o responsável

pela publicação, como a editora da revista, e devem constar em suas políticas editoriais.

Além disso, a reciclagem de texto, independentemente do contexto em que for utilizada, traz outras questões relacionadas à autoria. Geralmente, quando se trata do assunto, tem-se em mente um autor reproduzindo o próprio texto. Mas como ficam os casos, por exemplo, em que dois autores produzem um artigo e somente um deles faz a reciclagem do texto? Essas questões são um desafio para a comunidade científica.

3 DECLARAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

O que podemos *concluir*, com alguma certeza, é que a justificativa de não ter havido intencionalidade não é suficiente para descaracterizar uma situação de plágio. Sem dúvida, um dos requisitos para a escrita acadêmica é saber como ela funciona. O tão criticado produtivismo acadêmico – quando se tem que publicar para receber algo em troca (seja a aprovação em uma disciplina, a pontuação no Lattes, condição para concluir mestrados ou doutorados, manutenção de bolsas de estudo ou outra moeda) – coloca as pessoas em uma situação que as obriga a escrever sem que elas tenham resultados relevantes da pesquisa em curso. Além disso, a pressão, muitas vezes resultante das pressões sofridas pelos pesquisadores, deixa-os sem tempo sequer de dar atenção às regras de boa conduta e da própria escrita, o que, ainda assim, não justifica o plágio.

O que é *inconclusivo*, mas que trazemos nesse capítulo como uma aproximação ao tema, é o que podemos ou não considerar como reciclagem de texto e até mesmo se ela é permitida. Sob nosso ponto de vista, sim, desde que haja mais clareza do que é ou não a reciclagem, tanto para quem publica quanto para a comunidade científica das diversas áreas do conhecimento.

Sabemos que o tema plágio na escrita acadêmica é muito delicado, pelo fato de estar mais ligado às questões éticas (de comportamento) do que às propriamente lógicas (de raciocínio). Por essas razões, é necessário promover mais discussões sobre o tema, como fizemos aqui, para desfazer preconceitos, dúvidas e mal-entendidos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 10520: Informação e documentação: Citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS (COPE). *Annual report of the Committee on Publication Ethics: The COPE report 2000*. London: BMJ Books, 2000. Disponível em: <https://publicationethics.org/files/u7141/COPE2000pdfcomplete.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

DUKE UNIVERSITY. Text recycling research project, c2022. Página inicial. Disponível em: <https://textrecycling.org/>. Acesso em: 15 maio 2022.

KORENMAN, S. G. *Teaching Responsible Conduct of Research in Humans*. Califórnia, USA: ORI, 2006. Disponível em: <https://ori.hhs.gov/education/products/ucla>. Acesso em: 17 maio 2021.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOSKOVITZ, C. Text recycling in Scientific Writing. *Sci Eng Ethics*, v. 25, p. 813-851, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11948-017-0008-y>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SILVA, E. L. da. *Elaboração de trabalhos acadêmicos: normas, dicas e erros comuns*. 3. ed. Florianópolis: Terçária Tecnologias Educacionais, 2021.

TURNITIN. *Plagiarism Spectrum 2.0.*, c2021. Turnitin, 2022. Recursos. Disponível em: <https://www.turnitin.com/resources/plagiarism-spectrum-2-0>. Acesso em: 15 maio 2022.



UM OLHAR PARA A NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Maria Meriane Vieira da Rocha

1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e em suas normas de trabalhos acadêmicos, devemos destacar o quanto elas são importantes e necessárias para padronizar trabalhos acadêmicos e/ou pesquisas científicas, como: artigos, monografias, dissertações, teses e relatórios – os chamados trabalhos de conclusão de curso (TCCs) –, entre outros. Essas normas visam uniformizar, ou seja, estabelecer um padrão único que é facilmente compreendido por pesquisadores de todo o mundo.

As normas também contribuem para se fazer uma avaliação justa quando só há uma padronização na estrutura dos trabalhos, em especial a de cunho acadêmico-científico, ênfase dada neste texto. Portanto, a padronização de trabalhos possibilita aos avaliadores mais tempo para se dedicarem à escrita científica propriamente dita, pois, como cada norma da ABNT tem um objetivo específico, deve-se consultar cada uma. Outro ponto importante é ter acesso às normas mais atualizadas.

Nessa perspectiva, a proposta deste texto é desmistificar a ideia de que as normas são complicadas e de que são atualizadas cons-

tantemente, a fim de que possamos compreender bem mais que é necessário padronizar o texto de acordo com o que requerem as publicações científicas.

2 NORMAS DA ABNT: CAMINHOS A PERCORRER

Ao iniciar um trabalho acadêmico/científico, já devemos ter consciência de que as normas da ABNT devem estar lado a lado desse caminho, uma vez que precisaremos das principais para fazer um trabalho bem padronizado. Muitos docentes, pesquisadores ou pesquisadores em formação não atentam para essa importância e deixam as normas para o final, o que, muitas vezes, atrasa a conclusão das pesquisas (além de ser um fator que contribui para a ocorrência do plágio), já que precisamos saber todas as referências das citações diretas ou indiretas e das fontes consultadas que precisam constar no trabalho.

É importante ressaltar que a escrita científica requer, para além das exigências das normas, pensar na possibilidade de contribuir para a área em que se propõe a fazer a pesquisa e ter uma motivação concreta para essa caminhada.

Como já referido, as normas facilitam a padronização porque um trabalho bem estruturado tem mais chances de ser aprovado para ser publicado. Evidentemente, o conteúdo também é muito importante e faz a diferença, uma vez que, sozinhas, as normas não têm sentido – elas são parceiras para contribuir para uma boa escrita.

Esses instrumentos de normalização são destinados a dar apoio a todas as etapas de construção da escrita científica, razão pela qual é importante:

- Ter em mãos as principais normas;
- Consultá-las a cada passo avançado em relação à estrutura, ao espaçamento, às citações, às referências, aos gráficos, enfim, a todos os elementos que compõem o trabalho;
- Observar se são as mais atualizadas;
- Torná-las aliadas.

Com o intuito de destacá-las, no quadro 1, a seguir, apresentamos as principais normas para os trabalhos acadêmicos:

Quadro 1 – Principais Normas da ABNT

ABNT	Objetivo	Ano
NBR 6028	Informação e documentação – Resumo, resenha e resensão – Apresentação	2021
NBR 6022	Informação e documentação – Artigo em publicação técnica e/ou científica – Apresentação	2018
NBR 6023	Informação e documentação – Referências – Elaboração	2018
NBR 6021	Informação e documentação – Publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação	2016
NBR 10719	Informação e documentação – Relatório técnico e/ou científico – Apresentação	2015
NBR 6024	Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação	2012
NBR 6027	Informação e documentação – Sumário – Apresentação	2012
NBR 14724	Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação	2011
NBR 15287	Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação	2011
NBR 6029	Informação e documentação – Livros e folhetos – Apresentação	2006
NBR 15437	Informação e documentação – Pôsteres técnicos e científicos – Apresentação	2006
NBR 10525	Informação e documentação – Número Padrão Internacional para Publicações Seriadas – ISSN – Elaboração	2005
NBR 6034	Informação e documentação – Índice – Apresentação	2004
NBR 12225	Informação e documentação – Lombada – Apresentação	2004
NBR 10520	Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação	2002

Fonte: Adaptado das normas da ABNT, dados da pesquisa (2022).

Além de apresentar as principais normas da ABNT, destacamos também as normas de apresentação tabular do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que está na terceira edição – 1993.

Outro ponto importante é a organização sistemática da lista de referências em ordem alfabética. Como esse é um procedimento obrigatório e que demanda tempo, deixamos a seguinte dica, que se aplica ao *Microsoft Word*:

- Selecione a lista de referências do seu trabalho;
- No menu, página inicial do *Word*, selecione o símbolo AZ, classifique por parágrafo e clique em ok. Assim, sua lista de referências estará toda organizada em ordem alfabética;
- OBSERVAÇÃO: Ao classificar as referências, elas ficarão umas coladas nas outras, ou seja, sem espaçamento entre elas. Nesse caso, clique em *enter* para separá-las. Para esse procedimento, utiliza-se o espaçamento simples.

Outro aspecto importante em relação às referências é que elas são sempre alinhadas à esquerda e não justificadas, como normalmente são apresentadas. É necessário prestar atenção aos detalhes de cada norma, para que seu objetivo – o de padronizar – seja, de fato, cumprido.

Também é preciso conhecer e saber utilizar mecanismos que estão disponíveis de forma on-line para referências, entre eles, a MORE, uma plataforma desenvolvida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que permite gerar referências de acordo com as normas da ABNT.

Essa plataforma é muito boa e gera as referências dos principais documentos utilizados para trabalhos acadêmicos. Embora seja indicada para quem não é bem familiarizado com as normas, não dispensa a consulta para outros documentos que não são gerados pela plataforma.

Ainda sobre as normas de referências, não se usa mais o sublinhado para indicar que o/a autor/a de um livro é o/a mesmo/a do capítulo. Exemplo:

Forma em desuso:

SEVERINO, Antônio Joaquim. O trabalho acadêmico: orientações gerais para o estudo em universidade. *In*: _____. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 39-104.

Forma correta de acordo com a NBR 6023/2018:

SEVERINO, Antônio Joaquim. O trabalho acadêmico: orientações gerais para o estudo em universidade. *In*: SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 39-104.

Um erro comum é juntar os indicativos de volume, número e páginas, deixando os elementos grudados. Esses elementos são separados por um espaço, que é dado teclando um enter. A seguir, apresentamos as duas situações. Notem o grifo em azul.

Forma incorreta:

ROCHA, Maria Meriane Vieira da; FREIRE, Isa Maria. Os Cursos de Arquivologia Brasileiros à Luz do Regime de Informação. **Informação & Informação**, Londrina, **v.27, n.1, p.320-252**, 2022.

Forma correta:

ROCHA, Maria Meriane Vieira da; FREIRE, Isa Maria. Os Cursos de Arquivologia Brasileiros à Luz do Regime de Informação. **Informação & Informação**, Londrina, **v. 27, n. 1, p. 320-252**, 2022.

Aparentemente, esses são detalhes insignificantes e imperceptíveis, mas que fazem toda a diferença quando os trabalhos vão ser avaliados, já que, como dito no início deste texto, as normas servem para

padronizar os trabalhos acadêmicos, e se esses detalhes não forem observados, a correção não será igualitária, ou seja, justa. Por isso, as normas devem ser consultadas periodicamente quando se está escrevendo um trabalho acadêmico/científico.

Outro ponto que é importante de ser destacado é o uso do *apud* – expressão latina que significa “citado por” nos trabalhos (ABNT NBR 10520 – Citações). Essa prática não é totalmente recomendada por alguns pesquisadores, e eu me incluo nesse grupo, em especial, na Pós-graduação. O termo *apud* “[...] deve ser utilizado com muita parcimônia e depois de um genuíno esforço de pesquisa da citação direta” (MAGTAZ; BERLINCK, 2010, p. 13). Assim, é importante verificar se a obra da qual se pretende fazer a citação está disponível para acesso. Portanto, só se deve usar *apud* se realmente a obra não for encontrada.

Ainda nessa perspectiva, tomemos como exemplo o fato de uma obra não ter sido encontrada e como seria feita a referência utilizando o *apud* em uma citação direta longa:

[...] a gestão da informação deve incluir, em dimensões estratégicas e operacionais, os mecanismos de obtenção e utilização de recursos humanos, tecnológicos, financeiros, materiais e físicos para o gerenciamento da informação e, a partir disto, ela mesma ser disponibilizada como insumo útil e estratégico para indivíduos, grupos e organizações (PONJUÁN DANTE, 1998 *apud* MARCHIORI, 2002, p. 74).

O primeiro autor (Ponjuán Dante) é o responsável pela citação em tela, mas o documento não está acessível, e o segundo, o que vem depois do *apud* (Marchiori), foi quem utilizou-se para fazer a citação da citação, ou seja, é ele quem aparece na lista de referências.

Esses apontamentos não são os únicos que devem ser levantados quando se discute sobre as normas da ABNT, entretanto, a intenção foi levantar os mais relevantes e os que mais geram dúvidas quando se pretende trabalhar com escrita científica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas são um desafio para quem pretende trabalhar com escrita acadêmica e, por incrível que pareça, muita gente nunca ouviu falar delas. Por essa razão, elas devem ser apresentadas já no ensino médio, porquanto os egressos entram na universidade sem conhecê-las.

Nos primeiros semestres dos cursos superiores, os discentes são apresentados às principais normas e têm a oportunidade de discutir sobre elas e de praticá-las em seus trabalhos acadêmicos. Como eles ainda têm medo de utilizá-las, cabe ao docente responsável pela disciplina o desafio de desmistificar a ideia de que é difícil consultar as normas e de que é preciso decorá-las.

A melhor maneira de começar a usar as normas é considerá-las como parceiras e perceber o que já foi mencionado neste texto. Elas ajudam a padronizar todos os trabalhos para que se tenha uma avaliação justa, ou seja, o avaliado tem mais tempo para se dedicar ao conteúdo do texto, mas, certamente, estará atento às normas.

Por fim, convém enfatizar que é sempre desafiador iniciar um trabalho acadêmico, seja na graduação, na especialização, no mestrado ou no doutorado. O importante é não se sentir incapacitado pelas demandas que o fazer científico impõe, pois só se faz ciência fazendo, só se aprende sobre as normas quando as colocamos em prática e só se escreve um trabalho acadêmico lendo e escrevendo, e isso leva tempo e está relacionado com a maturidade intelectual que vamos tendo ao longo de nossa carreira de pesquisador. A dica aqui é ler, ler e ler e, só então, construir seus conhecimentos sobre determinado tema e ter sempre as normas da ABNT como aliadas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10520*: Informação e documentação: Citações em documentos: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12225*: Informação e documentação: Lombada: Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6034*: Informação e documentação: Índice: Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10525*: Informação e documentação: Número Padrão Internacional para Publicações Seriadas: ISSN: Elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15437*: Informação e documentação: Pôsteres técnicos e científicos: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2006a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6029*: Informação e documentação: Livros e folhetos: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2006b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14724*: Informação e documentação: Trabalhos acadêmicos: Apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15287*: Informação e documentação: Projeto de pesquisa: Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6024*: Informação e documentação: Numeração progressiva das seções de um documento: Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2012a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6027*: Informação e documentação: Sumário: Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2012b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10719*: Informação e documentação: Relatório técnico e/ou científico: Apresentação. 4. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6021*: Informação e documentação: Publicação periódica técnica e/ou científica: Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

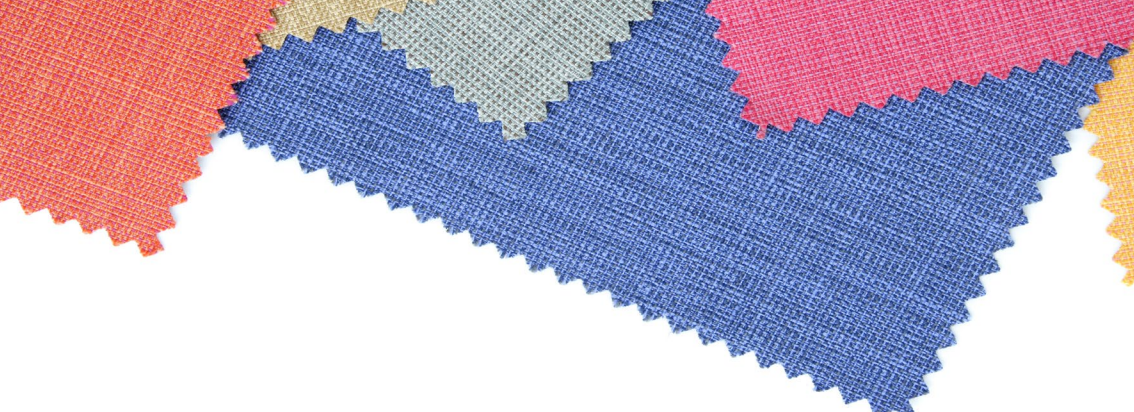
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6022*: Informação e documentação: Artigo em publicação técnica e/ou científica: Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023*: Informação e documentação: Referências: Elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6028*: Informação e documentação: Resumo, resenha e revisão: Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

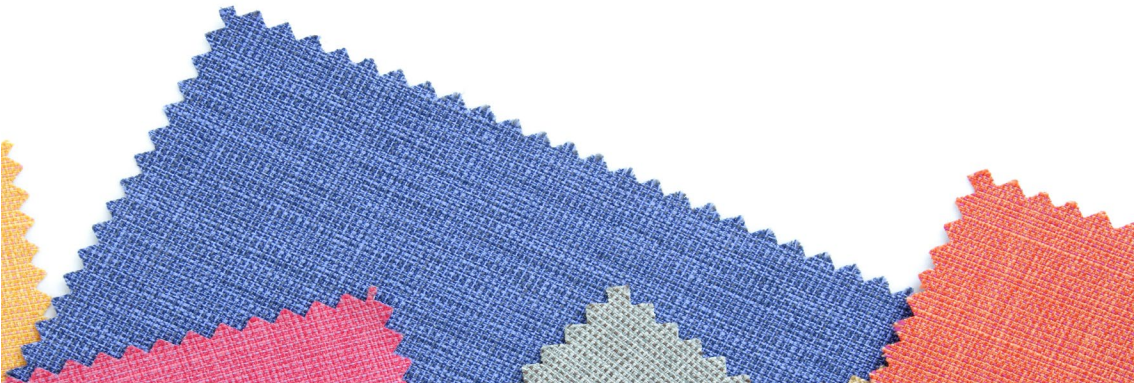
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Normas de apresentação tabular*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

MAGTAZ, A. C.; BERLINK, M. T. Apud. Rev. *Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 13-15, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/HtmGHWbz9YbDrwhPSrTtxt3m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2022.



RELATOS DE ESCRITORAS E ESCRITOR CIENTÍFICOS

Esta última seção foi reservada para nossa equipe pedagógica, composta de uma graduanda, uma mestranda e um doutorando, para refletir sobre sua relação com o processo de escrita. Desejamos que vocês se identifiquem e interajam com esses depoimentos.



REFLEXÕES SOBRE A ESCRITA ACADÊMICA

Deane Soares Figueirêdo

Ao iniciar uma jornada acadêmica, surpreendida pelo surgimento de uma pandemia, confesso ter sido tomada por um sentimento de muita apreensão. Respirei fundo, tentei conter os medos (sim, foram vários) e procurei seguir em frente. Pensando bem, fazemos isso, na vida, o tempo todo. Aliás, quem procura um cenário ideal para produzir deve ter-se dado conta de que ele não existe. E minha pesquisa foi, aos poucos, sendo gestada.

Pesquisar sobre o que nos atrai é, sem dúvida, um passo importante. E essa é uma conquista que se deu, para mim, em níveis de graduação e de pós-graduação. Enfim, o privilégio de escolher temas que me motivam a explorá-los, não por imposição de alguma disciplina, mas por escolha própria. Esse, suponho, é o melhor ponto de partida.

A bem da verdade (mesmo, mesmo!), não os escolhi, fui cooptada por eles. Por vivências, aquelas coisas que os céticos chamam de “coincidência”. Sempre acreditei nessas coisas de sinais. Tive uma grata surpresa ao estudar que até pesquisadores renomados falam da intuição. Embora não seja determinante, ela está lá, flertando com olhares atentos aos outros sentidos de pesquisadores buliçosos. Não sei o porquê, mas a palavra “buliçosa” aflorou uma memória afetiva da infância. Sempre fui estimulada a ler e, ainda hoje, viajo pelo mundo das letrinhas. Sou tão tagarela que minha mãe dizia: “esta menina bebeu uma chuva de janeiro inteirinha!”.

Voltemos à realidade, porque a infância ficou distante há algumas décadas. Porém, a tagarela ainda está em mim. Uma mania incessante de querer saber as coisas e seus porquês. Passados alguns bons anos, foi a minha vez de dizer à minha filha, em determinado momento do dia: “você só tem direito a cinco porquês. Hoje mamãe já está cansada”. Acho que Paulo Freire me daria uma bronca por isso. Mas, tudo bem, já superamos!

Do que mesmo estávamos falando? Da curiosidade da menina e da perspicácia da pesquisadora que a menina se tornou. Conservo em ambas, que sou eu mesma, a alegria de poder olhar o mundo com olhares de quem se nega a confirmar hipóteses, estabelecer (pre)conceitos formulados, de quem resiste ao epistemicídio. Um(a) pesquisador(a) que se preza é interseccional e transdisciplinar. Acredita tanto no que faz que o desejo de espalhar os conhecimentos adquiridos e produzidos (numa simbiose indissociável) torna-se imperativo. E, dentre muitas formas de fazê-lo, utiliza-se da escrita acadêmica. Falamos de escolha, de motivação. Então, passemos para a maneira de elaborar nossos escritos. Ter boa vontade não basta! É a típica coisa que se aprende fazendo.

O Curso AuCllia à Escrita Acadêmica apareceu no meu percurso assim, “de repente”, embora não acredite que seja uma simples coincidência. A base teórica é amálgama entre o entusiasmo da menina que gosta de escrever com o equilíbrio da pesquisadora em formação. Aliadas nesse processo, várias pessoinhas se juntaram à equipe, que ganhou tons, desenhando lindas figuras entre encontros sérios regados a risadas, piadas internas e muita alegria. Essas são minhas breves palavras a todes¹ que desejam escrever e estão meio perdidas. Encorajem-se e dispam-se dos medos e das vergonhas sabotadoras. Para escrever, é preciso desafiar-se continuamente.

Escrevo porque produzo e acredito contribuir, com minha escrita, para compreender o tema sobre o qual me debruço. Sozinha, certamente, não conseguiria. Qualquer que seja seu campo, descubra o que o(a) motiva. Assim, seu processo de escrita será produtivo. Desafie-se cotidianamente, pois, mesmo nos dias em que não escrevemos, aprendemos acessando conteúdos, lendo, trocando figurinhas com outros estudos. Pelo que virá. Pelo dever. A todas, todos e todes, um rio caudaloso de letras e ideias seguindo o seu curso natural, pois o sucesso está no equilíbrio do ser! Grande abraço a toda a equipe AuCllia à Escrita Acadêmica!

¹ Essas formas são empregadas para se referir ao gênero não binário. O uso da letra “e” para substituir o “x” ou “@” pretende evitar barreiras para a acessibilidade de deficientes visuais.

— ANDANDO...

Ertz Clarck Melindre dos Santos

*Vou Vou levar
O tempo que for
Vou Vou levar
Até desvendar caminhos e ver Como eu
chego em você*

*Criança
Composição e interpretação: Marina Lima*

Escrever, em meu sentir, lembra um pouco o trecho musical supracitado. No fragmento, a cantora Marina Lima contribui muito para que eu pense no processo da escrita como uma trajetória, no entanto, é necessário saber qual é a possível caminhada pretendida, para que a rota me (nos) leve a algum lugar.

É uma experiência singular, mas, ao mesmo tempo, coletiva, isto é, um mergulho existencial que traz muito de si e de nós, mesmo que pareça, em algum momento, um ato simples ou corriqueiro. Escrever comunica, educa, gera reflexão, ação e, a depender da intensidade, uma ou mais transformações contínuas.

Mas e quando falamos da escrita compreendida como científica? Como pode ser a interação com ela? Segundo a perspectiva que trilho, ou seja, a estrada afim aos estudos de gênero e sexualidade, preciso estar conectado a um olhar mais múltiplo da construção da experiência de ser e estar no mundo.

Não é um processo fácil e às vezes machuca ou fere o caminhante. Isso ocorre porque o mergulho nos conteúdos geralmente nos leva junto e é necessário, para isso, saber como estar mais territorializado. Metaforicamente, me vem agora a imagem de um mapa. Pois bem, com esse guia, geralmente separo o que é meu e o que é da pesquisa pretendida, tendo em vista que não levo comigo a crença de uma ciência neutra. O

saber também vem dos movimentos sociais e dialoga com os marcadores sociais da diferença, como raça, gênero, classe e mais o que surgir na construção desse possível olhar para o mundo.

Geralmente, é um conjunto de aprendizados mais fluidos, ou seja, dinâmicos e não permanentes, ancorados a um olhar interseccional, que dialoga com demandas relacionadas à interseccionalidade, lugar de fala, representatividade e outras.

Sim, é bastante desafiador e, por vezes, a “linha de chegada” pode parecer distante. Mas o importante, nesse contexto, é não desistir da empreitada. Pode ser necessária uma pausa para ganhar mais fôlego. Neste trecho, é inevitável destacar que quanto mais se lê reflexivamente, mais se pode experimentar flexibilizações na experiência.

Para concluir, convém ressaltar que cada pessoa tem um ritmo. O que pode nos tornar vencedoras(es) nesse projeto não é simplesmente a chegada, mas também, e principalmente, a persistência, a paciência e a capacidade de sentir e de se renovar com o caminho.

OS PRIMEIROS PASSOS NA ESCRITA ACADÊMICA

Jesmayane Souza do Nascimento

Tive contato com a produção textual desde muito nova, no entanto, nossa relação nem sempre foi harmoniosa. Eu gostava de ler e essa era uma das atividades que mais me chamavam a atenção. No entanto, escrever não era tão fácil para mim. Eu passava horas esperando a criatividade aparecer, horas escrevendo, mas, quando finalizava, não gostava do que havia escrito. Então, apagava e recomeçava do zero.

Mas, no ensino médio, meu tipo de leitura mudou e a escrita também. Tive que me adaptar a outras necessidades, e minha interação com a escrita se tornou mais voltada para assuntos escolares. A redação passou a ser uma nova maneira de me expressar por meio das palavras. Porém, dessa vez, tive que aprender algumas técnicas novas e treinar bastante. Nesse meio-tempo, foi difícil me adaptar a essa nova técnica de escrita, mas, aos poucos, fui me apropriando dos métodos e, com o passar do tempo, conseguia me expressar sem focar tanto em métodos, mas no que eu queria expressar. Isso tornou o processo mais leve para mim.

No entanto, ao ingressar no curso de Pedagogia, um novo ciclo começou. Mesmo tendo criado um bom hábito de escrever antes da graduação, descobri que a escrita científica tem suas particularidades, que a tornaram algo novo, o que, para mim, ainda era desconhecido.

No começo, ficava apreensiva ao me deparar com os textos acadêmicos e percebia que as leituras não eram mais tão superficiais como na época em que cursei o ensino médio. O primeiro texto que li parecia não ter fim. Vi-me perdida em termos, normas e outros aspectos. Para mim, tudo era novidade.

O momento em que tive que produzir textos acadêmicos não foi diferente, pois senti dificuldade de escrever. Todavia, antes de partir para criar conteúdos mais complexos, tive a oportunidade de, na disciplina

Metodologia Científica, ofertada no curso de graduação em Pedagogia, participar do projeto de extensão AuClilia à Escrita Acadêmica, em que conheci o que envolvia a escrita acadêmica.

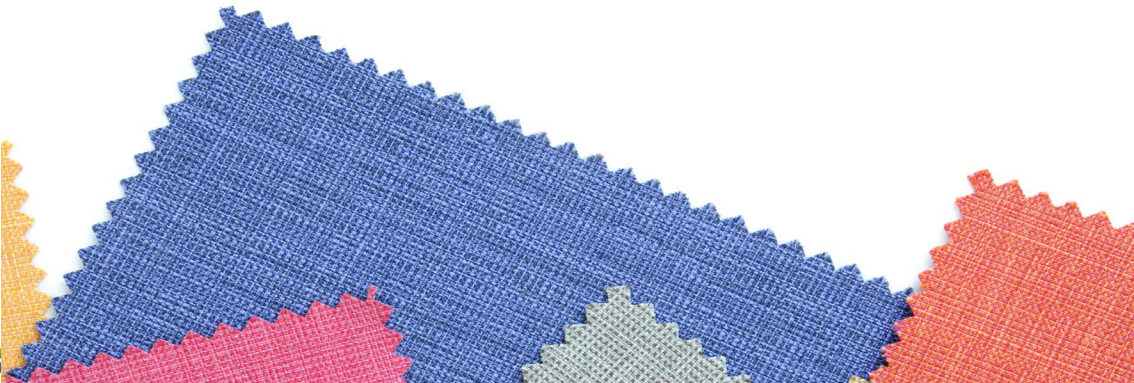
Até hoje, quando meus instrutores me solicitam a produzir textos acadêmicos no curso, percebo que ainda preciso melhorar em vários aspectos. Porém, esse é um processo gradativo, que vai evoluindo com a prática.



PARA PRATICAR

Leitoras e leitores, destinamos este espaço para o desenvolvimento de algumas atividades. Vocês podem praticar e potencializar o que foi discutido nesta coletânea. Sugerimos que utilizem canetas e lápis coloridos e que realmente rabisquem as páginas que seguem, como uma possibilidade de estreitar e/ou melhorar a relação com o seu texto científico.

Observação: *Como elaboramos as atividades em uma sequência lógica, sugerimos que elas sejam feitas, preferencialmente, na ordem. Contudo, vocês podem iniciar por onde desejarem e se sentirem mais confortáveis. Vamos lá?*





SUGESTÃO DE ATIVIDADE 1

ESCOLHA DO TEMA DE PESQUISA


Vamos começar, literalmente, do começo. Esboçando cada um dos itens de sua estrutura básica. A primeira pergunta é: qual o seu tema de pesquisa? Se desejarem, voltem no capítulo 2 e relembre o que conversamos lá. Se acreditam que ainda não tem um tema de pesquisa, registrem mais de uma ideia.

Tema 1

Tema 2

Tema 3

Por mais estranho que pareça, é apenas isso que vamos registrar neste momento: aquela sua ideia mais genérica. Por favor, não se aflijam com isso ao pensar que é muito simplório, que está errado e que já deve ter muita coisa escrita. Lembrem-se: este é o começo.



SUGESTÃO DE ATIVIDADE 2

DELIMITAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA

Para esta atividade, utilizaremos a elaboração de árvore(s) de ideia(s) (EMEDIATO, 2008, p. 89), que consiste em especificar tópicos que são e estão relacionados ao tema de pesquisa. Também é possível desenvolver mapas conceituais.

Vocês já escolheram seu tema de pesquisa, agora é o momento de especificar/delimitar o que se deseja estudar sobre ele. Vamos continuar com o exemplo da Covid-19, para que não nos percamos na lógica da construção.

Figura 1 – Árvore de ideias

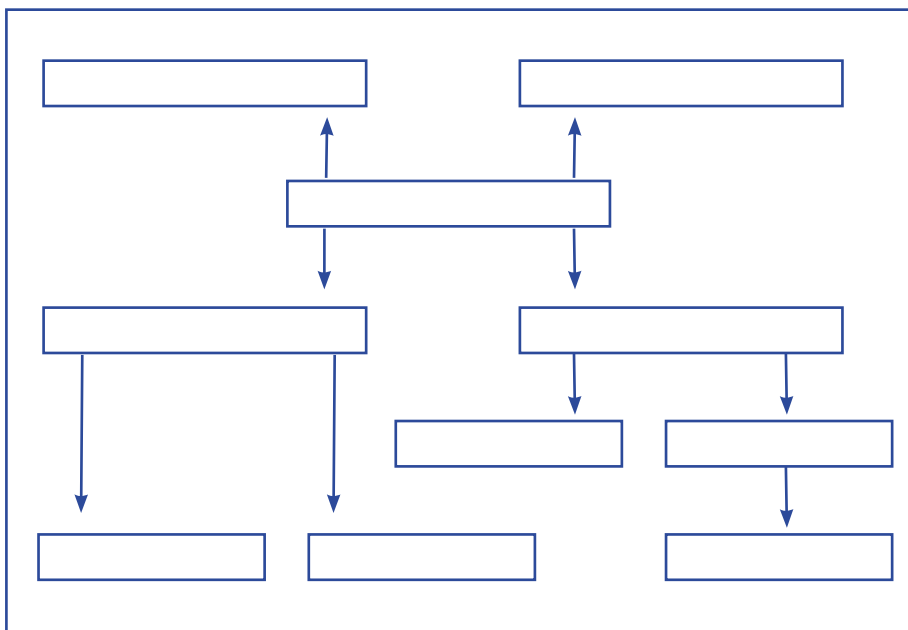


Fonte: Emediato (2009, p. 89).

Percebam que o que está realçado em vermelho é o que nos interessa pesquisar e analisar. É importante destacar que os outros aspectos podem ser inseridos na escrita do texto, mas eles não serão o cerne da discussão.

Bem, agora é a sua vez. Façam aqui a sua árvore de ideias com o seu tema de pesquisa.

Figura 2 – Árvore de ideias



Fonte: Emediato (2009, p. 89).

SUGESTÃO DE ATIVIDADE 3

PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Como apresentado nesta coletânea, o momento de elaborar a problemática de pesquisa é o que deixa muitas/os pesquisadoras/es aflitas/os, pois têm dúvidas sobre como organizar a questão de pesquisa. Pensando nesse aspecto, propomos que vocês sigam esses passos para estruturá-la e elaborá-la. Para esta atividade, utilizaremos o roteiro proposto por O'Leary (2019, p. 63-64), intitulado "*Processo de geração de perguntas em quatro etapas*". Primeiro, vamos ler essas etapas e colocá-las em prática.

1. Respondam a cada uma dessas perguntas com apenas uma ou duas palavras. Para isso, sigam as quatro etapas abaixo:
 - a) Qual é o seu tema? Por exemplo: dor nas costas, reciclagem, aprendizado independente, assédio nas redes sociais, entre outros.
 - b) Qual o contexto de sua pesquisa? Por exemplo: uma escola, autoridade local, hospital, comunidade etc.
 - c) O que você quer conseguir? Por exemplo: descobrir, descrever, mudar, explorar, explicar, desenvolver, compreender.
 - d) Qual a natureza de sua pergunta? É uma pergunta de quê, quem, onde, como, quando ou por quê?
 - e) Há possíveis relações que você queira investigar? Por exemplo: impactos, aumentos, diminuições, relações, correlações, causas etc.
2. Começando com a natureza da pergunta – quem, quê, onde, como, quando – reúna as respostas geradas na etapa 1 até ficar satisfeito com as perguntas finais.
3. Se você elaborou mais de uma pergunta (lembre-se: qualquer problema pode resultar em um grande número de perguntas de pesquisa),

decida qual delas é a principal, com base no interesse, nos aspectos práticos e no conselho de seu supervisor.

4. Delimite e esclareça até sua pergunta ficar tão concisa e bem formulada quanto possível. Lembre-se: é improvável que a primeira formulação de qualquer pergunta de pesquisa seja tão clara, útil e precisa quanto a terceira, a quarta ou até mesmo a quinta tentativa.

Depois de ler, com muita atenção, o roteiro elaborado por O’Leary (2019) e de estarmos cientes de cada um dos procedimentos, iremos preencher o quadro a seguir com o exemplo que já foi utilizado, o da Covid-19. Depois, será a sua vez de fazer o mesmo com sua pesquisa.

Figura 3 – Quadro de roteiro de pesquisa

Perguntas	Respostas
Qual o seu tema de pesquisa?	Covid-19
Qual o contexto de sua pesquisa?	Redes sociais
O que você quer conseguir?	Analisar
Qual a natureza de sua pergunta?	Como?
Há possíveis relações que você queira investigar?	Relação entre política de governo e fake news
Pergunta final: Como a falta de uma política de governo contribui para propagar a desinformação sobre a Covid-19 nos anos 2020, no Brasil?	

Fonte: Elaborado pelas autoras, adaptado de O’Leary (2019).

Leitoras e leitores, mostramos esse exemplo como uma maneira prática de apresentar a organização das informações. Para chegar à pergunta final, foram necessários vários ajustes e reescrita, então não se esqueçam de que, possivelmente, vocês terão que fazer isso mais de uma vez, como a própria O’Leary (2019) ressaltou em relação às tentativas.

Bem, depois de conhecer, mais uma vez, esse aspecto, agora é a sua vez. Preparadas/os?

Figura 4 – Quadro de roteiro de pesquisa

Perguntas	Respostas
Qual o seu tema de pesquisa?	
Qual o contexto de sua pesquisa?	
O que você quer conseguir?	
Qual a natureza de sua pergunta?	
Há possíveis relações que você queira investigar?	
Pergunta final:	

Fonte: Elaborado pelas autoras, adaptado de O'Leary (2019).

SUGESTÃO DE ATIVIDADE 4

OBJETIVOS DA PESQUISA

Esta nossa proposição é sobre a sistematização do conjunto dos objetivos – o geral e os específicos. O geral é aquele que apresenta a ideia mais abrangente sobre o tema e os específicos, como o próprio nome sinaliza, a especificidade do geral.

Como já sinalizamos nesta coletânea, o ato de escrever está relacionado à leitura, então, para desenhar, rascunhar e/ou redigir seus objetivos, vocês já deverão ter feito uma leitura sobre o que desejam escrever.

Em relação a isso, destaco que, “[...] na verdade, é preciso esclarecer uma coisa: não há um *mundo de ideias*, residindo em algum lugar, que deve ser encontrada como em um passe de mágica ou por meio de uma iluminação divina” (EMEDIATO, 2008, p. 88, grifo do autor). É importante que sempre nos lembremos desse aspecto, porquanto isso também nos ajuda a lidar com nossas angústias.

Não esqueçam que “as ideias existem nos livros, nos textos já publicados, nas informações que recebemos pela televisão, pelo rádio, pelos jornais, nas discussões formais e informais com grupos de pessoas

na escola” (EMEDIATO, 2008, p. 88). Então, considerando essas questões, nós os convidamos a ler o quadro que se encontra na página seguinte e a exercitarem-se a partir desse conteúdo. Mas, antes, apresentamos nossa lista de objetivos (geral e específicos).

Figura 5 – Lista de objetivos

Objetivo geral	Comentários
Analisar a política de comunicação do governo brasileiro nos anos 2020 sobre a Covid-19.	O verbo analisar, que selecionamos, se enquadra na 4ª categoria de Bloom. Nós o elegemos porque nossa intenção é de compreender o fenômeno da política de comunicação e suas especificidades, que serão apresentadas nos objetivos específicos.
Objetivos específicos	Comentários
i) Identificar quais são as medidas de combate à divulgação de <i>fake news</i> elaboradas pela Secretaria Especial de Comunicação Social.	Esse objetivo, representado pelo verbo <i>identificar</i> , contempla a 1ª categoria da Taxonomia de Bloom, a do Conhecimento, cuja principal contribuição é a de trazer à tona um conhecimento específico, que, nesse caso, é o produzido pela Secretaria Especial de Comunicação Social.
ii) Descrever os protocolos adotados para divulgar informação sobre a Covid-19 no <i>Instagram</i> . @governobrasileiro	Aqui temos outra categoria de Bloom, a 2ª – Compreensão – cujo objetivo é o de compreender e de atribuir significado a determinado conteúdo.
iii) Discriminar a política de comunicação do governo brasileiro.	E, por fim, a 6ª categoria – a de Avaliação – que propõe o julgamento de determinado produto, fundamentado em critérios que já foram estabelecidos.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Bem, a partir dessa exemplificação, agora é a sua vez. Como dito, leiam o conteúdo das categorias de Bloom e identifiquem em qual delas

sua ideia e seu objetivo se inserem e façam um rascunho. Sugerimos que não escolham mais do que três objetivos (a não ser em uma pesquisa de doutorado, por exemplo, considerando o tempo disponível para a execução e a profundidade da pesquisa), pois eles se relacionam com cada uma das seções que será elaborada em seu texto científico. Quanto mais objetivos, mais seções e mais são as chances de vocês se “perderem” no processo de delineamento do seu texto.

Lembre-se de que a escrita de qualquer texto requer um bom planejamento, que se constitui em um cronograma possível. Considerem os prazos, o material disponível, seu conhecimento e, sobretudo, suas dificuldades, quando for estabelecer seus objetivos. Agora vocês podem começar. Desejamos-lhes uma excelente produção.

Figura 5 – Lista de objetivos

Objetivo geral	Comentários
Objetivos específicos	Comentários
i)	
ii)	
iii)	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Taxonomia de Bloom

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
1 Conhecimento	<p>Definição: habilidade de lembrar informações e conteúdos previamente abordados, como fatos, datas, palavras, teorias, métodos, classificações, lugares, regras, critérios, procedimentos etc. A habilidade também consiste em lembrar uma significativa quantidade de informação ou fatos específicos. O objetivo principal dessa categoria é de trazer à consciência esses conhecimentos.</p>
	<p>Verbos: enumerar, definir, descrever, identificar, denominar, listar, nomear, combinar, realçar, apontar, relembra, recordar, relacionar, reproduzir, solucionar, declarar, distinguir, rotular, memorizar, ordenar e reconhecer.</p>
2 Compreensão	<p>Definição: habilidade de compreender e dar significado ao conteúdo. Essa habilidade pode ser demonstrada por meio da tradução do conteúdo compreendido para uma nova forma (oral, escrita, diagramas etc.) ou contexto. Nessa categoria, encontra-se a capacidade de entender a informação ou fato, de captar seu significado e de utilizá-la em contextos diferentes.</p>
	<p>Verbos: alterar, construir, converter, decodificar, defender, definir, descrever, distinguir, discriminar, estimar, explicar, generalizar, dar exemplos, ilustrar, inferir, reformular, prever, reescrever, resolver, resumir, classificar, discutir, identificar, interpretar, reconhecer, redefinir, selecionar, situar e traduzir.</p>
3 Aplicação	<p>Definição: habilidade de usar informações, métodos e conteúdos incluir aplicações de regras, métodos, modelos, conceitos, princípios, leis e teorias.</p>
	<p>Verbos: aplicar, alterar, programar, demonstrar, desenvolver, descobrir, dramatizar, empregar, ilustrar, interpretar, manipular, modificar, operacionalizar, organizar, prever, preparar, produzir, relatar, resolver, transferir, usar, construir, esboçar, escolher, escrever, operar e praticar.</p>

4 Análise	<p>Definição: habilidade de subdividir o conteúdo em partes menores, com a finalidade de entender a estrutura final. Essa habilidade pode incluir a identificação das partes, a análise de relacionamento entre as partes e o reconhecimento dos princípios organizacionais envolvidos. Identificar as partes e suas inter-relações. Nesse ponto, não é necessário ter compreendido somente o conteúdo, mas também a estrutura do objeto de estudo.</p>
	<p>Verbos: analisar, reduzir, classificar, comparar, contrastar, determinar, deduzir, diagramar, distinguir, diferenciar, identificar, ilustrar, apontar, inferir, relacionar, selecionar, separar, subdividir, calcular, discriminar, examinar, experimentar, testar, esquematizar e questionar.</p>
5 Síntese	<p>Definição: habilidade de agregar e juntar partes, com a finalidade de criar um novo todo. Essa habilidade envolve a produção de uma comunicação única (tema ou discurso), um plano de operações (propostas de pesquisas) ou um conjunto de relações abstratas (esquema para classificar informações). Combinar partes não organizadas para formar um “todo”.</p> <p>Verbos: categorizar, combinar, compilar, compor, conceber, construir, criar, desenhar, elaborar, estabelecer, explicar, formular, generalizar, inventar, modificar, organizar, originar, planejar, propor, reorganizar, relacionar, revisar, reescrever, resumir, sistematizar, escrever, desenvolver, estruturar, montar e projetar.</p>
6 Avaliação	<p>Definição: habilidade de julgar o valor do material (proposta, pesquisa, projeto) para um propósito específico. O julgamento é baseado em critérios bem definidos que podem ser externos (relevância) ou internos (organização) e ser fornecidos ou conjuntamente identificados. Julgar o valor do conhecimento.</p> <p>Verbos: avaliar, averiguar, escolher, comparar, concluir, contrastar, criticar, decidir, defender, discriminar, explicar, interpretar, justificar, relatar, resolver, resumir, apoiar, validar, escrever uma review sobre, detectar, estimar, julgar e selecionar.</p>

Fonte: Bloom et al. (1956); Bloom (1986); Driscoll (2000) e Krathwohl (2002) apud Ferraz; Bellhot (2010, p. 426).

REFERÊNCIAS

EMEDIATO, W. *A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura*. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

FERRAZ, A. P. do C. M.; BELHOT, R. V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. *Gestão e Produção*, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/bRkFgcJqbGCDp3HjQqFdqBm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2022.

O'LEARY, Z. *Como fazer seu projeto de pesquisa: guia prático*. Petrópolis: Vozes, 2019.

<i>Título</i>	Eu e o texto científico: uma relação possível
<i>Organizadora</i>	Ana Cláudia de Araújo Santos
<i>Formato</i>	E-book (PDF)
<i>Tipografia</i>	New Zen
<i>Desenvolvimento</i>	Proexc



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
E-mail: editora@ufpe.br | Site: www.editora.ufpe.br



PROEXC
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA

